

Ministério da Saúde
Coordenação Geral da Política de Recursos Humanos

Universidade Federal de Minas Gerais
Núcleo de Pesquisa em Saúde Coletiva - NESCON/FM
Estação de Pesquisa de Sinais de Mercado - EPSM

AGENTES INSTITUCIONAIS E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAL NO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA NO BRASIL

Relatório de Pesquisa

Belo Horizonte
Fevereiro 2002

Ministério da Saúde
Secretaria de Políticas de Saúde
Cláudio Duarte da Fonseca
Coordenação Geral da Política de Recursos Humanos
Diretor Técnico
Paulo Seixas

Organização Pan-Americana da Saúde
Representação no Brasil
Jacobo Finkelman
Área de Desenvolvimento de Recursos Humanos
José Paranaquá de Santana

Universidade Federal de Minas Gerais
Núcleo de Pesquisa em Saúde Coletiva - NESCON/FM
Francisco Eduardo Campos
Estação de Pesquisa de Sinais de Mercado - EPSM
Sabado Nicolau Girardi

Pesquisa realizada por:

Equipe de Pesquisadores

Cristiana Leite Carvalho (coordenador)
Sabado Nicolau Girardi (coordenador)
João Batista Girardi Júnior
Jackson Freire Araújo
Mônica Alvim Mendonça

Equipe de Operadores de Telepesquisa

Alice Werneck Massoti
André de Souza Pena
Andréa Goulart de Souza Lima
Anselmo Nonato Martins
Daniella C. A. Guimaraes Corrêa
Diego D'Almeida Guilherme
Luiz Felipe Coutinho
Joefisson Saldanha dos Santos
Mayra Emanuelle Cardoso
Vanessa Mendes
Vinícius Ricoy Leão

Elaborado mediante contrato ASC com o
Projeto de Desenvolvimento de RRHH da OPAS/OMS no Brasil.

Sumário

I. APRESENTAÇÃO	01
II. METODOLOGIA	04
Desenho e execução da Pesquisa por ETAC	07
<i>Moldura de amostragem</i>	07
<i>Plano amostral</i>	07
<i>Informantes e aspectos operacionais</i>	07
III. RESULTADOS	08
1. <i>Características gerais</i>	09
1.1. <i>Existência de secretarias de Saúde e Estruturas de Coordenação do PSF</i>	09
1.2. <i>Ano de implantação do PSF</i>	10
1.3. <i>Aspectos quantitativos: numero e equipes e profissionais atuando no PSF</i>	10
1.4. <i>O PSF e o mercado de trabalho dos profissionais de saúde</i>	12
Contratação de pessoal no PSF: agentes institucionais e formas de vínculo	15
2. Agentes contratantes	16
<i>Distribuição dos agentes por Região natural e faixa de população</i>	17
<i>Prefeituras</i>	17
<i>A presença de outros agentes institucionais</i>	18
3. Modalidades de contratação e tipos de vínculos	20
<i>Distribuição das formas de contratação por região natural e faixa de população</i>	21
<i>Contratação via prefeituras</i>	21
<i>Contratação via filantrópicas</i>	23
<i>Contratação via outras organizações do terceiro setor</i>	24
4. Salários, Jornada de Trabalho, Gratificações e Incentivos	25
4.1. <i>Jornadas de trabalho</i>	25
4.2. <i>Salários</i>	26
<i>Valores Salariais mínimos e máximo</i>	27
<i>As médias salariais do PSF e os do mercado</i>	27
4.3. <i>Gratificações e incentivos</i>	28
<i>Estratégias utilizadas para fixação de médicos no PSF</i>	29
5. Treinamento e Apoio institucional	29
6. Razões, vantagens e desvantagens atribuídas às formas de contratação do PSF	30

IV. ANEXO	32
1. Caracterização geral	33
2. Agentes e instituições contratantes	38
3. Modalidades de contratação (tipos de vínculos)	43
3.1. Vínculo de médicos	44
3.2. Vínculo de enfermeiros	46
3.3. Vínculo de técnicos/auxiliares de enfermagem	48
3.4. Vínculo de agentes comunitários de saúde	50
3.5 Vínculos de dentistas	52
4. Jornada de trabalho, salários, gratificações de incentivos	54
4.1. Jornada de trabalho	55
4.2. Salário	55
4.3. Gratificação e incentivos	59
5. Treinamento e apoio institucional	61
6. Razões, vantagens e desvantagens atribuídos às formas de contratação adotadas	65
7. Recursos	75
8. Máscara operacional	77

I – Apresentação

No cumprimento de seu mandato constitucional, a atual gestão do Ministério da Saúde vem promovendo esforços sistemáticos para conhecer os aspectos mais relevantes que cercam a implementação das políticas governamentais descentralizadas para área da saúde, especialmente aquelas de cunho inovativo, sobretudo para monitorar os seus impactos no sentido de adequação da política.

O Programa de Saúde da Família (PSF), seja pelas expectativas geradas quanto ao papel que ele pode jogar como estratégia para reversão do modelo assistencial, seja pelas possibilidades imediatas de promover um acesso mais universal e igualitário aos serviços básicos de saúde, seja ainda pelos impactos – ainda obscuros – sobre os mercados educativos e de trabalho na área da saúde, constitui certamente uma das políticas prioritárias por serem conhecidas e avaliadas.

Desde sua implantação o Programa vem sendo alvo de avaliações e pesquisas. Entre diversos esforços realizados vale citar a pesquisa “Perfil dos Médicos e Enfermeiros do Programa Saúde da Família no Brasil” (Machado, 2000), conduzida por uma parceria entre a Fiocruz e o DAB/SPS/ MS. Utilizando questionários auto-administrados respondidos por 3.131 profissionais que atuavam no Programa entre janeiro e junho de 1999, a referida pesquisa levantou, de forma ampla e criteriosa, o perfil dos profissionais engajados no programa tomando em conta aspectos do perfil sócio-demográfico, da formação e das características do mercado de trabalho desses profissionais.

Mais recentemente o DAB/SPS/MS vem conduzindo um levantamento nacional do PSF junto ao universo das equipes de saúde família, intitulado “Avaliação do Funcionamento das Equipes de Saúde da Família”, com objetivo de avaliar aspectos da estrutura, funcionamento e resultados alcançados pelo programa na totalidade dos municípios e conhecer, por meio de entrevistas com os

profissionais, as principais características do programa no que tange às relações de emprego e trabalho por ele estabelecidas.

O presente estudo se insere dentro desse conjunto de esforços de melhor conhecer o programa enfocando-o no rol das políticas públicas para o mercado de trabalho em saúde. Neste sentido, a prioridade estabelecida foi a do conhecimento das formas e meios de contratação utilizados pelas prefeituras e secretarias municipais de saúde na implementação e execução do programa. O levantamento das situações nas quais as prefeituras contratam diretamente pessoal para o PSF e daquelas nas quais ela se utiliza de um agente intermediário para a contratação dos profissionais bem como das formas de contratação dos profissionais constitui o “core” da pesquisa. Para isto buscou-se, fundamentalmente, a resposta a três tipos de questões, a saber:

- que tipo de agentes institucionais são utilizados pelas diversas secretarias de saúde e prefeituras dos diversos estados e regiões do país para contratação dos profissionais que atuam no PSF?
- quais são as modalidades de contratação do trabalho e serviços dos profissionais praticadas por tais agentes nas diversas regiões do país?
- quais são as principais vantagens e problemas atribuídos pelos gestores com relação às formas encontradas para provisão do trabalho para o desenvolvimento do PSF (agentes utilizados e formas contratuais praticadas) e quais, na sua opinião seriam as formas ideais?

Os resultados da pesquisa apontaram uma pluralidade de arranjos institucionais que cercam o desenvolvimento do PSF em nosso país, particularmente no que toca ao tema da chamada transição dos sistemas de relações de trabalho e do emprego em nosso país. O PSF, conforme os dados da pesquisa demonstram, pratica salários diferentes dos salários de mercado

para as diversas regiões e categorias profissionais, beneficiando claramente algumas e nem tanto outras; e ao mesmo tempo inaugura (ou fortalece) novas formas institucionais de relações de trabalho, mais ou menos flexíveis ou precárias, dependendo da ocupação e das condições de trabalho e remuneração que ele pratica.

Em seguida apresentam-se os objetivos específicos e a metodologia utilizada para a realização da pesquisa e posteriormente os principais resultados, apresentados na seguinte ordem: caracterização geral do PSF; agentes e instituições contratantes; formas de contratação de pessoal; treinamento e apoio institucional e vantagens e problemas atribuídos às formas de contratação flexíveis. A seção final é constituída por um anexo contendo as tabulações com a totalidade das variáveis pesquisadas e o questionário da pesquisa.

II – Metodologia

O estudo constituiu-se num *survey* realizado por meio de Entrevistas Telefônicas Assistidas por Computador (ETAC) aplicado a uma amostra de 759 dos 3.225 municípios brasileiros que haviam implantado o PSF até outubro de 2001. As entrevistas foram aplicadas aos gestores municipais de saúde e coordenadores do Programa de Saúde da Família.

Numa primeira etapa foi realizado um pré-teste aplicando-se um questionário elaborado conjuntamente pela equipe da pesquisa e a direção da Coordenação Geral da Política de Recursos Humanos da SPS do MS, em 40 municípios (cerca de 5% da amostra). Posteriormente, após a análise dos dados obtidos, chegou-se à forma definitiva do instrumento de pesquisa então aplicado à totalidade dos municípios da amostra.

Para realização das entrevistas telefônicas do *survey*, foi construído um questionário contendo perguntas "informativas" e "opinativas" (para maior detalhamento, em anexo encontra-se uma cópia do formulário). As questões foram estruturadas em 5 blocos:

- (i) o primeiro contendo informações cadastrais, relativas à identificação do município e caracterização do PSF tais como:
 - Nome e profissão do respondente
 - Existência de secretaria de saúde no município
 - Existência de coordenação do PSF
 - Nome, cargo, profissão e endereço eletrônico do coordenador
 - Número de equipes atuando no município
 - Composição das equipes quanto ao tipo e número de profissionais
- (ii) o segundo contendo informações sobre agentes e instituições contratantes de pessoal para o PSF e as modalidades de contratação

(tipo de vínculo) adotadas; para as categorias de médico, enfermeiro, técnico/auxiliar de enfermagem, agente comunitário de saúde e dentista.

As categorias discriminadas para agentes contratantes de pessoal para o PSF foram as seguintes:

- Prefeitura
- Fundação Pública
- Fundação Privada
- Entidade filantrópica
- ONG
- Cooperativa
- Organização Social – OS
- Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP
- Outras (Campo aberto para especificação de outros agentes contratantes)

Nos casos de ocorrência de mais de 1 (um) agente contratante no mesmo município, a exemplo de contratação direta via prefeitura e contratação de algum profissional por uma outra intuição, todas as informações foram registradas.

Para modalidades de contratação (tipo de vínculo) foram selecionados os seguintes tipos:

- Temporário
- Autônomo
- Empregado CLT
- Estatutário/ Regime Jurídico Único
- Outras (campo aberto para especificação de outras modalidades de contratação)

Nos casos de ocorrência de mais de uma forma de contratação para a mesma categoria profissional foram registradas as formas reportadas.

- (iii) o terceiro bloco de questões contendo perguntas sobre remuneração, gratificação e incentivos, jornadas de trabalho, existência de outros vínculos de trabalho e etc. As perguntas sobre remuneração e jornadas de trabalho foram dirigidas para a totalidade das categorias profissionais citadas. As questões sobre esquemas de gratificação e incentivos foram aplicadas apenas aos médicos. As gratificações correspondem a compensações monetárias enquanto que os incentivos, com exceção da produtividade, correspondem a compensações não monetárias.
- (iv) as questões do quarto bloco tratam da existência de treinamento e apoio institucional para a educação continuada de profissionais do PSF
- (v) Complementando a pesquisa, existe uma seção opinativa sobre aspectos relacionados as razões, vantagens e desvantagens atribuídas às formas de contratação adotadas.

As variáveis do questionário foram estruturadas numa máscara (formulário eletrônico) para realização das entrevistas e processamento dos dados por meio informático. A maioria das questões receberam a forma de perguntas fechadas. Foram abertas, entretanto, janelas para exceções e situações não totalmente previstas no modelo do formulário, bem como para respostas de variáveis de conteúdo, tais como montante de recursos, número de profissionais, etc. As respostas foram processadas no programa de software "Sphinx", específico para o tipo de pesquisa adotada, que permite a tabulação e análise estatística direta dos dados coletados pela ETAC.

Para operacionalização da pesquisa foram utilizadas 06 posições de telepesquisa, ocupadas por 12 operadores e um servidor de rede operado pelo supervisor operacional da pesquisa. O trabalho foi executado em dois turnos de 4 horas, e cada entrevista gastou, em média, 23 minutos para sua realização, sendo feito em média 05 ligações por município para contactar o respondente. A fase de coleta de dados teve duração de 02 meses, sendo realizado no período de Novembro a Dezembro de 2001.

Desenho e Execução da Pesquisa por ETAC

Moldura de Amostragem

A moldura de amostragem foi constituída a partir dos dados do cadastro de municípios com PSF implantado do ministério da saúde correspondendo a um universo de 3225 municípios.

Plano Amostral

Para confecção da amostra adotou-se como parâmetros um intervalo de confiança de 90% e 5% de margem de erro. A amostra foi estratificada por região geográfica e porte dos municípios, chegando-se a 759 municípios. Após sorteio dos municípios, foi confeccionado mailing para a pesquisa telefônica, sendo primeiramente levantados os dados sobre as Secretarias de Saúde, tais como endereço e telefone. Utilizou-se o serviço de busca telefônica disponibilizado via Internet ou via serviço da própria operadora telefônica regional.

Informantes e Aspectos Operacionais

As perguntas foram dirigidas aos secretários de saúde, ou aos coordenadores do PSF. Utilizou-se uma razão de 20% para validação dos questionários nas pesquisas aplicadas, selecionadas aleatoriamente. Uma vez validados, os questionários recebiam os códigos correspondentes à pesquisa realizada, ou encerrados como pesquisa não realizada, e os demais eram re-encaminhados para nova pesquisa. Entre os códigos de pesquisa realizada incluem-se (a) pesquisa completa para os que responderam a todos os campos; (b) não respondeu, para os que se negaram explicitamente a responder à pesquisa; (c) solicitou fax, para aqueles que alegaram só responder à pesquisa mediante o envio de fax ou correspondência e (d) telefone não encontrado.

III. RESULTADOS

A amostra pesquisada correspondeu a 759 do universo dos 3.225 municípios com PSF implantados por ocasião de realização da pesquisa. Obteve-se resposta completa às entrevistas telefônicas em 91,7% dos municípios amostrados. Recusaram-se a responder ou solicitaram que a pesquisa fosse enviada por fax 2,9% dos municípios pesquisados. Não observou-se discrepância significativa entre as taxas de resposta obtidas em relação às regiões ou ao porte dos municípios. Assim, as menores taxas de resposta foram obtidas entre os municípios da região Nordeste (89,2%) enquanto que os melhores índices corresponderam à região Centro Oeste (95,0%). Estes resultados são mostrados nas tabelas 1 e 2.

Tabela 01– Municípios e distribuição da amostra pesquisada segundo Região Natural.

Região Natural	Universo*	Amostra**	Pesquisas Completas	Taxas de Resposta
	N	N	N	%
CO	324	80	76	95,0
N	236	60	56	93,3
NE	1.166	268	239	89,2
S	550	130	120	92,3
SE	949	221	205	92,8
Brasil	3.225	759	696	91,7

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

* número de municípios que possuem equipes do PSF

**amostra estratificada por região e porte populacional; IC= 90%, risco de 5%

Tabela 02 – Municípios e distribuição da amostra pesquisada segundo Faixa de População dos municípios

Faixa de população	Universo	Amostra	Pesquisas Completas	Taxas de Resposta
	N	N	N	%
Até 10 mil	1.571	357	319	89,4
De 10 A 20 mil	746	178	167	93,8
De 20 a 50 mil	546	132	125	94,7
De 50 a 100 mil	202	51	46	90,2
De 100 a 500 mil	135	34	32	94,1
Mais de 500 mil	25	7	7	100,0
Brasil	3.225	759	696	91,7

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

* número de municípios que possuem equipes do PSF

**amostra estratificada por região e porte populacional; IC= 90%, risco de 5%

1. Características Gerais

1.1. Existência de Secretarias de Saúde e Estruturas de Coordenação do PSF.

Identificou-se a existência de Secretaria de Saúde em 98% dos municípios da amostra. Todos os municípios acima de 100 mil habitantes possuem Secretaria de Saúde. Os poucos municípios que não possuem este órgão estão distribuídas nas demais faixas de população, constituindo-se em apenas 2,3% do total da amostra, sendo que 50% destes encontram-se em cidades com menos de 10 mil habitantes. Em relação à região natural, a existência de secretaria de saúde aparece em 100% dos municípios apenas para as regiões Norte e Nordeste; as regiões Sudeste e Sul apresentam, respectivamente, 5,4% e 3,3% de municípios sem estrutura específica de secretaria de saúde relativamente ao total da amostra; destes, 69% estão localizados na região Sudeste (ANEXO Tab. 1.1 e 1.2,).

O cargo de coordenador do PSF e ou responsável pelo programa é informado em 84% dos municípios, em média, proporção que atinge 100% dos municípios com mais de 500 mil habitantes e cerca de 90% dos municípios com população entre 50 e 500 mil habitantes. A frequência de municípios que possuem um coordenador para o PSF é a mesma entre as regiões (acima de 80%), com exceção para a região Centro-Oeste, que possui uma frequência menor (76%), Em 16% dos municípios pesquisados não existe um coordenador para o PSF. Esta frequência é menor nos municípios com mais de 50 mil habitantes. Estes dados são apresentados nas tabelas (ANEXO Tab. 1.3 e 1.4).

Em 67,9% dos municípios que relatam a existência de um cargo específico de coordenador do PSF o posto é ocupado por enfermeiros; em 9,9% por um médico, e em 22% dos municípios o posto é ocupado por outros profissionais. Interessante observar que nem sempre o responsável pela coordenação do programa é um profissional da área da saúde e, em muitos casos, a função é delegada ao pessoal auxiliar de saúde (particularmente na área de enfermagem) e pessoal administrativo.

1.2. Ano de implantação do PSF.

Em relação à época de implantação do PSF, até o ano de 1997, apenas 19% dos municípios tinham o programa implantado. A maioria das equipes foi implantada entre 1998 e 2001 (81% dos PSF dos municípios amostrados), sendo 44% no biênio 2000-2001 (ANEXO Tab. 1.5). As tabelas do ANEXO 1.6 e 1.7 apresentam o ano de implantação do PSF segundo a região natural e a faixa de população dos municípios pesquisados.

1.3. Aspectos quantitativos: número de equipes e profissionais atuando no PSF.

De acordo com a pesquisa, nos municípios que implantaram o PSF, existem 4,5 equipes, em média, atuando no programa, por município, no país. O número médio de equipes cresce de 1,5 equipe por município nas localidades com até 10 mil habitantes para 19,8 equipes nas cidades com faixa de população de 100 a 500 mil habitantes e 66 equipes por município nos municípios com mais de 500 mil habitantes, conforme ANEXO Tab. 1.8. A região Norte apresenta maiores índices de equipes implantadas por município (6,4), seguida pelas regiões Nordeste e Centro-Oeste com 4,9 e 4,7 equipes por município, respectivamente. A região Sudeste apresenta o menor índice, de 3,6 equipes por município (ANEXO Tab. 1.9).

Todos os 696 municípios pesquisados informaram possuir médicos trabalhando no PSF; 694 municípios informaram a existência de ACS; 692 informaram trabalhar com enfermeiros e auxiliares de enfermagem; 381 municípios possuem dentistas e 336 contam com auxiliares de saúde bucal.

Com relação ao número de profissionais atuando nas equipes, nos 696 municípios que responderam à pesquisa, informou-se a existência de 3.130 médicos; 3.015 enfermeiros; 4.133 trabalhadores auxiliares de enfermagem; 21.858 agentes comunitários de saúde (ACS); 827 dentistas e 713 trabalhadores auxiliares da área de saúde bucal.

Conforme veremos em maior nível de detalhe à diante, em parte específica do relatório, a Prefeitura contrata diretamente estes profissionais na maior parte das vezes, sendo responsável direta pela contratação dos médicos em 85% dos municípios; pela contratação dos enfermeiros, auxiliares de enfermagem e dentistas, respectivamente, em 87%, 89% e 90% dos municípios e pela contratação dos ACS em 76% dos municípios. A utilização pelas Prefeituras e Secretarias de Saúde de outros agentes, públicos ou privados¹, para a contratação dos profissionais, tem pequena expressão quantitativa para o conjunto do país, tendo maior importância para os agentes comunitários.

Tabela 03 - Distribuição do número de municípios por tipo de agente institucional contratante de pessoal para o PSF segundo categoria profissional

Agente Contratante	Prefeitura		Outro Agente		Total	
	N	%	N	%	N	%
Médicos	591	84,9	105	15,1	696	100,0
Enfermeiros	602	87,0	90	13,0	692	100,0
Tec/ Aux. de Enfermagem	618	89,3	74	10,7	692	100,0
ACS	525	75,6	169	24,4	694	100,0
Dentistas	343	90,0	38	10,0	381	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

O número médio de postos de trabalho de médicos no PSF por município é de 4,5, índice este que cresce desde 1,5 médicos, nos municípios com menos de 10 mil habitantes até 72 médicos por município, naqueles com mais de 500 mil habitantes. O número médio de enfermeiras por PSF segue, em linhas gerais, a tendência dos médicos (média de 4,3 enfermeiras por município), observando-se, no entanto, uma diferença significativa nos municípios com mais de 500 mil habitantes, que informam deter, em média, 52 enfermeiros por município - 20 profissionais a menos, comparativamente aos médicos. O número médio de auxiliares de enfermagem por município varia de cerca de 2 por município, naqueles com menos de 10 mil habitantes, à aproximadamente 92 por município, nas cidades com mais de 500 mil habitantes, obtendo uma razão média de 6 auxiliares de enfermagem por município no conjunto do país (ANEXO Tab. 1.10).

¹ a exemplo de fundações públicas, universidades, entidades filantrópicas, ONGs, Organizações Sociais, associações constituídas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, associações.

Os agentes comunitários de saúde constituem o segmento da força de trabalho mais numeroso no PSF, variando sua participação de cerca de 10 trabalhadores, nos municípios com menos de 10 mil habitantes a um índice de 392 agentes por município nas cidades com mais de 500 mil habitantes. Para o conjunto do país, existem cerca de 31 agentes comunitários de saúde por PSF, o que representa uma proporção de 6 ACS por médico. Em contrapartida, os dentistas e o pessoal auxiliar na área de saúde bucal, representam os profissionais que detêm menores contingentes nos programas de saúde da família. Não muito mais que a metade dos municípios pesquisados (55%) afirmaram contar com dentistas nas suas equipes do programa. Em média, existem 1,19 dentistas e 1,28 auxiliares de dentistas por município com PSF nos municípios do país. Nos municípios menores (com até 20 mil habitantes) a média é menor que 1 dentista por município (ANEXO Tab. 1.10).

Desde a perspectiva regional, a maior concentração de médicos é encontrada nos PSF dos municípios do Norte (7 médicos por município contra a média nacional de 4,5). São também os PSF dos municípios do Norte que concentram maiores índices de auxiliares de enfermagem e agentes comunitários por município - 9,3 e 46,2 trabalhadores, respectivamente, por município - contra médias nacionais de 5,9 auxiliares e 31,4 agentes. As enfermeiras detêm índices de concentração ligeiramente maiores nos municípios do Nordeste relativamente às demais regiões do país. Cabe ressaltar que são os municípios do Sul e do Sudeste que apresentam os menores índices médios de participação de dentistas nos PSF (índices menores que 1). Por seu turno, a maior concentração de dentistas por PSF foi encontrada nas regiões Nordeste e Norte (ANEXO Tab. 1.11).

1.4. O PSF e o mercado de trabalho das profissões de saúde.

Projetando-se os dados sobre número de profissionais atuando no PSF nos municípios, com base nos dados da pesquisa telefônica, estima-se que o PSF ofereça aproximadamente 14,5 mil postos de trabalho para médicos; 14 mil postos para enfermeiras; 19,2 mil postos para auxiliares de enfermagem; cerca de 102 mil postos de trabalho para agentes comunitários de saúde; 3,8 mil

postos para dentistas e 4,1 mil postos para auxiliares de saúde bucal, dentre outros profissionais².

Uma pergunta que se costuma fazer, quando se pensa no desenho de políticas públicas para o mercado de trabalho em saúde, diz respeito ao peso específico do PSF no mercado (oferta e demanda) destas profissões e qualificações. Uma forma de responder a esta questão consiste em cotejar os dados da ocupação no PSF com informações sobre a oferta desses profissionais no mercado. Este tipo de informação permitiria, por exemplo, que se tivesse uma idéia sobre o papel que o programa representa para o conjunto dos trabalhadores ocupados ou que buscam ocupar-se especificamente nessas atividades profissionais e qualificações, noutras palavras, sobre a oferta deste tipo de força de trabalho. A ausência de informações censitárias atualizadas sobre a oferta de tais profissionais não permite considerações mais definitivas a este respeito. Contudo, a informação sobre número de profissionais em atividade, fornecida pelos registros administrativos dos Conselhos Profissionais, desde que utilizada com as devidas reservas, sinaliza sobre a disponibilidade ou oferta potencial desses profissionais nos mercados³. Desta perspectiva, os postos oferecidos pelo PSF representariam em torno de 5,5% do contingente de médicos ativos; pouco mais de 2% do de dentistas; e cerca de 15% do contingente de enfermeiros. Este tipo de inferência é mais problemático com relação ao pessoal não universitário, devido às maiores falhas quanto ao seu registro.

Uma outra maneira de aquilatar a importância do PSF nos mercados consiste em comparar os dados dos profissionais ocupados no programa com os dados da demanda dessas categorias no mercado. Novamente, há problemas de disponibilidade das fontes de informação e, quando estas existem, de comparabilidade dos dados. Duas fontes poderiam, entretanto, ser utilizadas

² Os dados necessitam ser cotejados com as informações do cadastro do MS. É importante lembrar que a amostra foi estratificada por região geográfica e porte de população dos municípios, com taxa de resposta de 91,7%. Assume-se um IC de 90% a um risco de 5%.

³ existem problemas de atualização dos cadastros com registros de baixas por tipo, novas entradas etc.; problemas de duplicação de registros de profissionais entre unidades da federação; sem contar com o fato de que o número de profissionais em atividade não reporta o número efetivo daqueles inseridos ou dispostos a se inserirem em atividades do setor saúde (uma série deles podem estar trabalhando em outros setores de atividade ou mesmo não trabalhando); entre outros fatores.

desde uma perspectiva aproximativa. Em primeiro lugar, as informações da pesquisa de Assistência Médico-Sanitária - AMS, do IBGE, que reportam o nível da ocupação em atividades do núcleo dos serviços de saúde (estabelecimentos hospitalares, ambulatoriais e serviços de apoio diagnóstico e terapêutico). Em segundo lugar, as informações da RAIS do MTE, que reportam o número de vínculos formais de emprego destas categorias. No primeiro caso, pode-se obter alguma idéia sobre o peso do PSF no mercado "institucional" de serviços de saúde para estas profissões⁴. No segundo caso, pode-se apreciar o peso do PSF no mercado de empregos formais destas categorias no conjunto da atividade econômica formal⁵. A Tabela 04 resume estas informações.

Tabela 04 - Índices de participação do PSF em relação ao número de profissionais em atividade, de postos de trabalho ocupados em serviços de saúde e de vínculos formais de emprego na economia segundo categoria.

Categoria	Número de Profissionais no PSF*	Total de Profissionais em Atividade (oferta) **	PSF/ Oferta	Postos de Trabalho nos serviços de saúde ***	PSF/ Postos de Trabalho	Vínculos de Emprego ****	PSF/ Emprego formal
Médicos	14.513	262.891	5,5	431.282	3,4	152119	9,5
Enfermeiros	14.061	92.961	15,0	70.175	19,9	69774	20,0
Aux./Tec. Enf.	19.253	581.242	3,3	389.370	4,9	498871	3,9
ACS	101.587	153.000	n.d	-	n.d	n.d	n.d
Dentistas	3.838	168.037	2,3	52.551	7,3	38533	10,0
Aux. dentista	4.128	27941	14,8	21.619	19,1	n.d	n.d

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

* estimativa a partir da pesquisa telefônica (dez 2001)

**fonte: Conselhos Profissionais, dez. 2001; exceto para ACS

***número de postos de trabalho em estabelecimentos com e sem internação e SADT, Pesquisa de Assistência Médico Sanitária, IBGE, 1999

**** fonte: RAIS, MTE, 2000

Desta perspectiva, pode-se dizer que o PSF representa, respectivamente, algo em torno de 3,4% e 7,3% da demanda "institucional" de serviços de saúde para médicos e dentistas; 9,5% e 10% do estoque de empregos formais de médicos e dentistas existentes na economia. Em contrapartida, para os enfermeiros, o PSF representa 20% da demanda Institucional da saúde e do estoque de empregos formais.

⁴ Utilizamos o termo mercado de serviços institucionais, pois a AMS não cobre as atividades baseadas em consultórios de autônomos - pessoas físicas. Machado (2000:33) estimou que entre os médicos do PSF, 30% mantêm atividades de consultório, proporção que sobe para 40% na região Sudeste e é da ordem de 20% entre os médicos do PSF da região sudeste.

⁵ A RAIS reporta o número de vínculos de empregos formais (Celetistas, estatutários, temporários e avulsos) na economia formal.

Algumas qualificações são necessárias. Em primeiro lugar, é mister que se tome em conta que as inferências com relação ao peso do PSF na economia do emprego formal devem ser bastante matizadas em função dos níveis acentuadamente elevados de utilização de formas "precárias" e informais de vinculação de profissionais utilizadas no programa, conforme veremos adiante. No caso dos médicos, por exemplo, a presente pesquisa revelou que apenas 16% dos municípios referem contratá-los via CLT e menos de 13% os vinculam como servidores públicos (efetivos ou não). A situação das demais categorias não difere muito. Por outro lado, é preciso ter em mente que os mercados institucionais de serviços de saúde não representam o conjunto do "mercado" de serviços de saúde, observação mais importante para médicos e dentistas. Conforme vimos, Machado (2000:33) observou que cerca de 30% dos médicos que atuam no PSF também mantêm atividades de consultório.

Seja como for, uma conclusão que se impõe diz respeito à maior importância relativa do PSF com relação aos mercados de trabalho dos enfermeiros.

Contratação de pessoal no PSF: agentes institucionais e formas de vínculo

A especificação dos agentes contratantes utilizados pelas prefeituras para contratação da execução do PSF, bem como das modalidades de relações de trabalho e emprego praticadas para contratação dos profissionais e trabalhadores do programa reveste-se da maior importância⁶. Dois aspectos devem aqui ser retidos: em primeiro lugar, os meios de contratação utilizados pelas prefeituras. Que tipo de agentes contratantes são utilizados, nos casos em que as prefeituras contratam terceiros para execução do PSF, e qual a sua qualificação? O segundo aspecto diz respeito mais precisamente às formas de contratação adotadas.

⁶ A expressão relação de emprego é aqui utilizada de forma restrita à relação de trabalho subordinada, remunerada, prestada com pessoalidade enquanto que o termo relação de trabalho é mais genérico significando todo o trabalho prestado por pessoa física à outra pessoa (física ou jurídica) com ou sem subordinação jurídica de heteronomia. As relações contratuais por seu

2. Agentes Contratantes

Os dados da pesquisa revelam que as prefeituras respondem diretamente pela contratação de pessoal na maior parte dos casos, alcançando índices de 83% nos contratos de médicos, 85% nos de enfermeiros e 89% nos de dentistas; e de 74% nos contratos de agentes comunitários de saúde (Tabela 05)

Tabela 05 -Número de agentes contratantes por profissões, segundo natureza agregada dos agentes contratantes de profissionais para o PSF.

Agente Contratante	Médico		Enfermeiro		Técnico / Auxiliar de Enfermagem		Agente Comunitário de Saúde		Dentista	
	n	%	n	%	n	%	n	%	N	%
Prefeituras	591	82,9	602	85,4	618	86,1	525	74,2	343	89,1
Outros públicos	17	2,4	13	1,8	18	2,5	58	8,2	11	2,9
Entidades Filantrópicas	32	4,5	30	4,3	26	3,6	36	5,1	6	1,6
Cooperativas	24	3,4	24	3,4	18	2,5	23	3,2	10	2,6
Outro Terceiro Setor	42	5,9	33	4,7	35	4,9	62	8,8	14	3,6
Empresas	5	0,7	1	0,1	1	0,1	1	0,1	1	0,3
Outros	2	0,3	2	0,3	2	0,3	3	0,4	0	0,0
Total	713	100,0	705	100,0	718	100,0	708	100,0	385	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

As prefeituras pesquisadas utilizam-se de outros agentes institucionais para execução das atividades do programa em 17% dos casos para contratação de médicos; cerca de 15% para contratação de enfermeiros, 14% para auxiliares de enfermagem e 10% para dentistas. Para contratação de agentes comunitários de saúde a utilização de agentes terceiros, privados ou públicos, pelas prefeituras, é citada em 25,8% da amostra pesquisada. A utilização de outros agentes públicos (secretarias de estado e fundações públicas, principalmente) é mais freqüente para a contratação de ACS (8,2%). As instituições não-lucrativas filantrópicas respondem por entre 4 e 5% dos agentes utilizados pelos municípios para contratação de profissionais para o PSF, exceção feita ao caso dos dentistas (1,6%). Outras entidades do terceiro setor - a exemplo de ONG's, associações comunitárias, sindicais e profissionais, Organizações Sociais, OSCIP's e consórcios intermunicipais - respondem por cerca de 9% das

turno indicam relações de prestação de serviços, englobando tanto as relações de trabalho quanto às relações entre duas pessoas jurídicas.

instituições utilizadas para contratação de ACS; 6% das utilizadas para médicos e 5% para enfermeiros e pessoal auxiliar de enfermagem. As cooperativas, por seu turno somam 3,4% dos agentes contratantes de médicos e enfermeiros e 3,2% dos de ACS. Por fim, cabe comentar a pequena freqüência das citações de empresas e sociedades civis (grupos profissionais) como agentes contratantes.

Distribuição dos Agentes por Região Natural e Faixa de População.

Prefeituras

As tabelas 06 e 07 mostram, respectivamente, os percentuais de participação direta da Prefeitura na contratação dos profissionais do PSF por região geográfica e porte populacional dos municípios.

Tabela 06 - Percentuais de participação direta da Prefeitura na contratação dos profissionais do PSF por região geográfica segundo categoria

Profissionais	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Brasil
Médico	96,2	91,2	95,0	62,1	74,2	82,9
Enfermeiro	97,4	93,0	95,4	67,2	78,6	85,4
Téc./Aux. Enfermagem	96,1	93,1	94,7	72,8	78,6	85,4
ACS	88,5	86,0	77,0	53,6	74,6	74,2
Dentista	98,5	87,1	92,1	76,2	85,5	89,1

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Do ponto de vista regional observa-se, como padrão geral, menores índices de participação das prefeituras nos municípios da região Sul e, em seguida, no Sudeste. A observação de menores índices de participação das prefeituras como contratante direto de profissionais nestas regiões vale para todas as categorias. Por outro lado, os maiores índices de participação das prefeituras são encontrados nos municípios da região Centro-Oeste, seguidos pelos do Nordeste e Norte.

Com relação ao porte dos municípios - exceção feita à faixa dos com mais de 500 mil habitantes - não se observam variações de monta quanto à participação das prefeituras na contratação direta dos profissionais.

Tabela 07 – Percentuais de participação direta da Prefeitura na contratação dos profissionais do PSF por porte dos municípios segundo categoria

Profissionais	Até 10 Mil	10 a 20 Mil	20 a 50 Mil	50 a 100 Mil	100 a 500 Mil	Mais de 500 Mil	Brasil
Médico	84,3	89,0	80,6	80,9	82,4	45,5	82,9
Enfermeiro	87,7	86,1	84,0	82,6	81,8	45,5	85,4
Téc./Aux. Enferm.	89,2	83,4	86,2	83,0	84,8	50,0	86,1
ACS	78,7	74,3	69,3	70,2	61,8	44,4	74,2
Dentista	88,4	90,9	90,6	84,8	93,3	75,0	89,1

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

A presença de Outros Agentes Institucionais

A tabela 08 apresenta os resultados da distribuição dos agentes institucionais de natureza privada não lucrativa por categoria segundo região e tipo de agente. Observa-se que a utilização desses agentes como meio para contratação de pessoal pelas prefeituras das regiões Norte, Nordeste e Centro- Oeste é muito reduzida, comparativamente à contratação direta dos profissionais pelas próprias prefeituras. Alguma reserva deve ser levada em conta em relação à contratação dos agentes comunitários. Ainda com relação a estas regiões, é interessante levar em conta que os municípios do Nordeste, revelam mais do que os das outras regiões supracitadas, uma maior presença da figura das cooperativas, que respondem por cerca de 4% das contratações de médicos, enfermeiros e dentistas.

Situação bastante distinta encontra-se nos municípios da região Sudeste e, mais ainda, nos do sul do país. Nestes municípios, o expediente da contratação de organizações do terceiro setor e cooperativas revela-se importante.

Tabela 08 – Percentuais de participação de agentes institucionais do setor privado não-lucrativo na contratação dos profissionais do PSF por categoria segundo região e natureza jurídica do agente

Região	Natureza	Distribuição Percentual dos Agentes Contratantes por Categoria				
		Médico	Enfermeiro	Téc./Aux. Enf.	ACS	Dentista
CO	Filantrópica	0	0	0	1,3	0
	Outro Terc Setor	1,3	1,3	1,3	1,3	1,5
	Cooperativa	0	0	0	1,3	0
N	Filantrópica	0	0	0	0	0
	Outro Terc Setor	0	0	0	3,5	0
	Cooperativa	0	0	0	0	0
NE	Filantrópica	0	0	0	0	0
	Outro Terc Setor	0,4	0,4	0	3,8	0,6
	Cooperativa	4,1	3,8	3,3	1,7	4,3
S	Filantrópica	8,9	7,8	5,6	12,8	6,3
	Outro Terc Setor	16,9	14,1	12,8	20,8	11,1
	Cooperativa	4,8	7,0	4,0	9,6	3,2
SE	Filantrópica	9,9	9,7	8,8	9,1	3,2
	Outro Terc Setor	8,9	6,8	8,4	11,5	8,1
	Cooperativa	3,8	2,9	2,3	2,9	1,6
Brasil	Filantrópica	4,5	4,3	3,6	5,1	1,6
	Outro Terc Setor	5,9	4,8	4,9	8,8	3,6
	Cooperativa	3,4	3,4	2,5	3,2	2,6

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Na região Sul, as organizações do terceiro setor e cooperativas representam perto de 30% dos agentes contratantes de médicos e enfermeiros e mais de 40% dos contratantes de agentes comunitários. Por seu turno, nos municípios da região Sudeste, tais organizações somam em torno de 20% dos agentes contratantes de pessoal para o PSF.

As tabelas 2.0 a 2.10 do ANEXO apresentam informações mais detalhadas sobre agentes contratantes.

3. Modalidades de Contratação e Tipos de Vínculos.

As formas de contratação temporária de trabalho e o vínculo de prestação de serviços predominam amplamente sobre todas as outras formas de contrato nos municípios pesquisados.

Com relação aos médicos, considerando o conjunto das formas utilizadas, os contratos temporários não especificados e por prestação de serviços chegam a 70% das formas de contratação citadas nos municípios pesquisados, contra 16% de vínculos CLT, 10% de vínculos estatutários e 2,5% de vínculos como servidores não efetivos (cargos comissionados, cargos de confiança e regidos por legislação especial). O quadro dos ACS é um tanto distinto, observando-se, em geral, maior grau de formalização nas contratações. Assim, os contratos temporários não especificados, no caso dos agentes comunitários, são citados em 48,3% das formas pesquisadas; aparecendo logo em seguida os vínculos celetistas, com cerca de 23% das citações; os vínculos de estatutários, com 14% das citações e os de servidores públicos não efetivos, com 2,7% das citações.

A tabela 09 mostra a distribuição das formas de contratação utilizadas segundo tipo de agente contratante.

Tabela 09 – Distribuição percentual das formas de contratação utilizadas por categoria segundo agente contratante

Agente Contratante	Médico	Enferm.	Téc./Aux. Enf.	ACS	Dentista
Prefeitura					
Temporário / Prestação de Serviços	74,8	69,7	50,1	54,9	70,9
CLT	9,4	10,1	12,5	16,2	6,3
Estatutário	11,2	15,9	35,2	14,8	19,3
Servidor Público não efetivo	3,1	2,9	1,5	3,6	1,6
Outros	1,5	1,4	0,7	10,5	1,9
Total	100	100	100	100	100
Filantrópica					
Temporário / Prestação de Serviços	24,3	18,8	17,2	18,9	20
CLT	64,9	68,7	68,9	64,9	80
Outros	10,8	12,5	10,3	16,2	0
Total	100	100	96,4	100	100
Outro Terceiro Setor					
Temporário / Prestação de Serviços	30	22,9	13,9	21	12,5
CLT	65	71,4	77,8	64,5	56,3
Outros	5	5,7	8,3	14,5	31,3
Total	100	100	100	100	100,1

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

As prefeituras, conforme se pode ver, utilizam o expediente da contratação temporária e da contratação de serviços de forma muito mais acentuada, para todas as categorias de trabalhadores, que as entidades filantrópicas e as outras organizações do terceiro setor. Observa-se, de fato, que a adoção de contratos mais "protegidos" - contratos CLT, para o caso dos privados e vínculos de estatutário, servidores não efetivos e contratos CLT, para o caso das prefeituras - é maior nas entidades do terceiro setor comparativamente às prefeituras.

Distribuição das formas de contratação por Região Natural e Faixa de População.

Contratação via Prefeituras

Analisando-se as formas de contratação direta via prefeituras, por região, observa-se que os contratos temporários e de prestação autônoma de serviços têm maiores índices de prevalência nos municípios das regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte, situando-se em níveis acima da média do Brasil para a

maior parte das categorias, excetuando-se os caso dos agentes comunitários - para o qual a média do Nordeste é inferior à do país, e o dos dentistas - com média de contratação temporária inferior à média nacional. A região Sul é a que menos utiliza a contratação temporária/ prestação autônoma de serviços, seguida pela região Sudeste (Tabela 10)

A contratação direta de profissionais em regime celetista pelas prefeituras é mais referida pelos municípios das regiões Sul - 23,6 % sobre o total das contratações das prefeituras para médicos e 28,2% para ACS; e Sudeste - 16,9% do total das contratações de médicos e cerca de 20% do total das contratações de pessoal de enfermagem e ACS. A região Sul e, em menor escala, os municípios do Sudeste também se destacam pela maior utilização do regime estatutário nas contratações feitas diretamente pelas prefeituras. Destaque-se que, na região Sul, os vínculos estatutários somam 25,8% do total das contratações de médicos pelas prefeituras, 35,2% das contratações de enfermeiros, 29,6% das de agentes comunitários, 44,9% das de dentistas e 60% do total das contratações de pessoal auxiliar de enfermagem pelas prefeituras.

Tabela 10 – Contratação direta via Prefeituras
Distribuição percentual das formas de contratação por categoria segundo tipo de vínculo e região

	Região	Médico N = 635	Enfermeiro N = 646	Téc./Aux. Enf. N = 681	ACS N = 554	Dentista N = 368
Temporário / Prestação de Serviços	CO	86,6	82,1	58,2	73,0	85,3
	N	83,3	74,6	57,4	63,5	66,7
	NE	88,2	83,7	58,5	48,9	80,7
	S	44,9	38,5	22,9	38,0	36,7
	SE	63,4	59,0	46,1	58,1	56,4
	BR	74,8	69,7	50,1	54,9	70,9
CLT	CO	1,2	2,4	2,5	4,1	2,9
	N	3,7	5,1	6,6	11,5	3,3
	NE	3,0	3,4	8,6	13,7	3,6
	S	23,6	19,8	15,6	28,2	18,3
	SE	16,9	19,7	22,8	21,0	9,1
	BR	9,4	10,1	12,5	16,2	6,3
Estatutário	CO	8,5	13,1	35,4	9,5	8,8
	N	11,1	18,6	34,4	9,6	26,7
	NE	4,2	8,4	30,2	10,5	10,2
	S	25,8	35,2	60,4	29,6	44,9
	SE	14,5	16,8	29,4	17,4	32,7
	BR	11,2	15,9	35,2	14,8	19,3
Servidor Público não efetivo	CO	1,2	1,2	3,8	5,4	1,5
	N	1,9	1,7	1,6	1,9	3,3
	NE	2,1	2,1	1,5	4,2	1,8
	S	4,5	5,5	1,0	2,8	0,0
	SE	4,7	4,0	0,6	3,0	1,8
	BR	3,0	2,9	1,5	3,6	1,6
Outros	CO	2,4	1,2	0,0	8,2	1,5
	N	0,0	0,0	0,0	13,5	0,0
	NE	2,5	2,5	1,2	22,6	3,6
	S	1,1	1,1	0,0	1,4	0,0
	SE	0,6	0,6	1,1	0,6	0,0
	BR	1,5	1,5	0,7	10,5	1,9

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Contratação via Filantrópicas

A tabela 11 mostra a situação das contratações das entidades filantrópicas por região. Conforme se pode ver, a "via" filantrópica para contratação de profissionais para o PSF não é praticada nos municípios da amostra pesquisada das regiões Norte, do Nordeste e Centro-Oeste.

Analisando-se dos dados da tabela 11 observa-se, em primeiro lugar que a forma CLT prevalece sobre os contratos temporários e os contratos de prestação de autônomos em todas as categorias. Nos municípios do Sudeste, a utilização da forma CLT alcança 66,7% do total de contratações de médicos e enfermeiros pelas filantrópicas, cerca de 70% das contratações de pessoal auxiliar de enfermagem e agentes comunitários e 100% das formas de contratações de

dentistas. Para os municípios da região Sul os índices de utilização da forma CLT são superiores a 60% em todos os casos.

Tabela 11 – Contratação via entidades filantrópicas
Distribuição percentual das formas de contratação por categoria segundo tipo de vínculo e região

	Região	Médico N = 37	Enfermeiro N = 32	Téc./Aux. Enf. N = 29	ACS N = 37	Dentista N = 5
Temporário / Prestação de Serviços	CO	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0
	N	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	NE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	S	30,8	18,2	22,2	23,5	33,3
	SE	20,8	19,0	15,0	10,5	0,0
	BR	24,3	18,8	17,2	18,9	20,0
CLT	CO	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	N	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	NE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	S	61,5	72,7	66,7	64,7	66,7
	SE	66,7	66,7	70,0	68,4	100,0
	BR	64,9	68,7	68,9	64,9	80,0
Outros	CO	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	N	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	NE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	S	7,7	9,1	11,1	11,8	0,0
	SE	8,4	9,5	10,0	21,1	0,0
	BR	8,1	9,4	10,3	16,2	0,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Contratação via outras organizações do terceiro setor

A tabela 12 mostra a situação das formas de contratação prevalentes nas demais entidades do terceiro setor por região. O quadro, sob muitos aspectos, apresenta semelhanças com o observado para as entidades filantrópicas, mostrando em linhas gerais uma preferência destas organizações pela utilização da forma celetista nos PSF dos municípios do Sul e Sudeste.

Tabela 12 – Contratação via outras organizações do terceiro setor
Distribuição percentual das formas de contratação por categoria segundo tipo de vínculo e região

	Região	Médico N = 42	Enfermeiro N = 35	Téc./Aux. Enf. N = 36	ACS N = 62	Dentista N = 16
Temporário / Prestação de Serviços	CO	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	N	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	NE	100,0	100,0	0,0	22,2	0,0
	S	38,1	29,4	18,8	26,9	14,3
	SE	15,8	12,5	10,5	16,7	14,3
	BR	30,0	22,9	13,9	21,0	12,5
CLT	CO	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0
	N	0,0	0,0	0,0	50,0	0,0
	NE	0,0	0,0	0,0	33,3	0,0
	S	57,1	70,6	81,3	69,2	85,7
	SE	68,4	75,0	73,7	70,8	42,9
	BR	65,0	71,4	77,8	64,5	56,3
Outros	CO	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
	N	0,0	0,0	0,0	50,0	0,0
	NE	0,0	0,0	0,0	44,4	100,0
	S	4,8	0,0	0,0	3,8	0,0
	SE	15,8	12,5	15,8	12,5	42,9
	BR	5,0	5,7	8,3	14,5	31,3

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

As tabelas 3.1.1 a 3.5.4 do ANEXO apresentam os dados dos vínculos dos profissionais de forma mais desagregada

4. Salários, Jornada de Trabalho, Gratificações e Incentivos

Nesta secção discute-se as informações prestadas sobre jornadas de trabalho, salários, gratificações monetárias e incentivos praticados no âmbito do PSF nos municípios pesquisados. As informações sobre incentivos e gratificações restringiram-se aos médicos.

4.1. Jornadas de Trabalho

Considerando os dados agregados para o Brasil, observa-se que a quase totalidade dos municípios informaram contratar jornadas de 40 horas para os profissionais de saúde, não existindo diferenças significativas entre as regiões, conforme demonstram os dados das tabelas 4.1.1 e 4.1.2 do ANEXO. A contratação de jornadas menores de 40 horas semanais é mais freqüente entre

os dentistas. Mesmo assim elas atingem menos de 15% dos municípios pesquisados.

4.2. Salários

As tabelas 4.2.1 e 4.2.2 do ANEXO apresentam o valor médio dos salários, em reais, praticados no PSF segundo porte dos municípios e regiões. Conforme se pode observar, os maiores salários são reservados aos médicos (aproximadamente R\$ 4 mil, em média). Para enfermeiros e dentistas, os municípios praticam salários médios de aproximadamente R\$ 1,75 mil, e, para auxiliares de enfermagem e agentes comunitários são reservados salários médios de R\$ 400,00 e R\$ 210,00, respectivamente⁷.

A comparação das médias salariais mostra a existência de diferenças estatisticamente muito significativas entre as regiões quando se comparam as maiores e menores médias praticadas para as diversas categorias profissionais. As diferenças entre as médias salariais intermediárias mostraram-se estatisticamente pouco ou não significativas.

Para médicos e enfermeiros, a diferença entre as maiores médias de salários praticadas no Centro Oeste e Norte e a menor, na região Sul, é muito significativa (1-p = > 99,99%). Da mesma forma, a diferença entre a maior média salarial de dentistas, praticada na região Norte e as menores, no Sul e Nordeste, é também estatisticamente muito significativa (1-p = 99,17%). Com relação ao pessoal de enfermagem, a diferença entre as maiores médias informadas no Sul e Sudeste e a menor, no Nordeste, é também muito significativa (1-p = > 99,99%), assim como a diferença entre a maior média salarial de ACS (Sudeste) e as menores médias, no Nordeste e Norte, é também muito significativa (1-p = > 99,99%).

⁷ Os valores medianos são os seguintes: R\$ 4.000,00 para médicos; R\$ 1.700,00 para enfermeiros; R\$ 1.600,00 para dentistas; R\$ 360,00 para pessoal auxiliar de enfermagem e R\$ 183,00 para agentes comunitários de saúde.

Quadro 1 - Comparação de médias salariais por região segundo profissão e diferenças estatisticamente significativas

Categoria	Regiões com Maiores Médias Salariais	Regiões com Menores Médias Salariais
Médico	CO, N	S
Enfermeiro	CO, N	S
Dentista	N	S, NE
Pessoal Aux Enfermagem	S, SE	NE
ACS	SE	NE, N

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

A diferença entre as maiores e menores médias salariais encontradas nas regiões mostrou-se, em todos os casos, muito significativa (1-p = > 99,99% para médico, enfermeiro, pessoal de enfermagem e ACS, e 1-p = 99,17% para dentistas).

Valores Salariais Mínimos e Máximos

O menor valor salarial encontrado para médicos foi de R\$ 1.000,00 e o maior de R\$ 9.000,00; para enfermeiros, os valores variaram entre R\$ 550,00 a R\$ 3.500,00, e para dentistas de R\$ 600,00 a R\$ 4.580,00. Para os auxiliares e agentes comunitários, o menor valor encontrado correspondeu a 1 (um) salário mínimo e os valores máximos foram, respectivamente, R\$ 2.400,00 e R\$ 900,00 (ver tabelas 4.2.3 a 4.2.12 do ANEXO).

As médias salariais do PSF e as do mercado

A tabela 13 traz uma comparação entre os salários médios praticados nos municípios do PSF e os salários de contratação de celetistas admitidos em contratos de 31 a 40 horas na economia brasileira entre janeiro e outubro de 2001⁸.

⁸ Os salários de admissão de celetistas são informados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego.

Tabela 13 - Salários médios praticados no conjunto da economia* e no PSF por categoria profissional segundo região

Região Natural	Salário por Categoria, Segmento do Mercado e Índices**											
	Medico			Dentista			Enfermeiro			Pess Enferm		
	Mercado	PSF	Índice	Mercado	PSF	Índice	Mercado	PSF	Índice	Mercado	PSF	Índice
N	2.391	4.460	187	2.628	2.145	82	1.234	1.883	153	336	416	124
NE	2.070	3.966	192	1.033	1.678	162	927	1.792	193	271	359	132
SE	2.954	4.120	139	2.000	1.813	91	1.489	1.778	119	453	426	94
S	2.867	3.731	130	2.509	1.613	64	1.007	1.363	135	394	437	111
CO	2.559	4.592	179	3.360	1.856	55	1.227	1.999	163	313	411	131
Brasil	2.824	4.080	176	2.134	1.756	82	1.308	1.743	133	413	402	98

*salários de admitidos em regime CLT com carga horária de 31 a 40 horas semanais

**Índice = salário PSF/salário do mercado, considerando salários de mercado como base = 100

Fonte: para os salários de mercado, CAGED – MTE; para o salário do PSF, a pesquisa telefônica.

O PSF paga a médicos e enfermeiros salários maiores que os do “mercado” em todas as regiões do país (76% em média a mais para médicos e 33% a mais para enfermeiros). Com relação aos dentistas, observa-se que o PSF remunera menos que o segmento celetista do mercado para todas as regiões, com exceção do Nordeste.

4.3. Gratificação e incentivos

A prática da adoção de esquemas de gratificação monetária revela-se menos frequente que a da adoção de esquemas de compensação indireta (incentivos) nos municípios pesquisados.

Em média, apenas 14,5% dos municípios referem adotar esquemas de gratificação de médicos. A proporção de municípios que adotam este tipo de prática aumenta em razão direta do aumento do porte dos municípios, alcançando mais de 1/4 dos municípios com mais de 100 mil habitantes. Na região Norte, 41% dos municípios referem seu uso, contra 8,8% dos municípios da região Sudeste. Nas demais regiões, a adoção de esquemas de gratificação monetária de médicos é feita entre 13 e 14% dos municípios.

Por sua vez, perto de 40% dos municípios brasileiros pesquisados adotam esquemas de incentivos para os médicos. Na região Nordeste, 59% dos

municípios adotam tais esquemas, contra 21,7% dos municípios da região Sul. Os esquemas mais adotados referem-se à tríade de auxílios transporte, alimentação e residência. As informações sobre gratificação e incentivos podem ser consultadas nas tabelas 4.3.1 a 4.3.5 do ANEXO.

Estratégias utilizadas para fixação de médicos no PSF

A tabela 14 apresenta uma listagem de estratégias referidas pelos gestores para fixação de médicos no PSF. Cerca de 47% dos gestores afirmam não adotar nenhuma estratégia específica para fixar o médico. Os salários praticados como fator isolado foram citados em 23,6% dos casos.

Tabela 14 – Distribuição do número e percentual de municípios segundo tipo de estratégia adotada para fixação do médico no PSF

Tipo de Estratégia	Número de Municípios	
	N	%
Nenhum	326	46,8
Salário	164	23,6
Benefícios marginais	44	6,3
Boas condições de trabalho	30	4,3
Incentivo monetário	17	2,4
Outras oportunidades de trabalho	16	2,3
Salário e boas condições de trabalho	15	2,2
Oferecer capacitação	15	2,2
Salário e benefícios marginais	13	1,9
Salário e outras oportunidades de trabalho	10	1,4
Outras	7	1,0
Qualidades do município	4	0,6
Promessa de estabilidade	3	0,4
Liberdade no trabalho	3	0,4
Incentivos monetários/benefícios marginais	3	0,4
Sem informação	26	3,7
Total	696	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

5. Treinamento e Apoio Institucional

Cerca de 86% dos municípios referem a existência de processos de treinamento regular para os profissionais do PSF. A região que refere maior índice de cobertura é o Centro-Oeste (94,7% dos municípios). Nas demais regiões o índice de cobertura de treinamento atinge cerca de 85% dos municípios.

Em 76% dos casos o PSF conta com o apoio institucional para a capacitação de seus profissionais. Os municípios com maior cobertura para capacitação são aqueles de maior porte populacional. As menores taxas de cobertura são observadas nos municípios de menor porte. Mais de 1/4 dos municípios com até 10 mil habitantes e cerca de 1/3 dos municípios entre 20 e 50 mil habitantes não contam com apoio institucional para capacitação dos profissionais do PSF.

Do ponto de vista regional as maiores taxas de cobertura institucional são observadas no Centro Oeste e as menores nos municípios da região Norte, na qual mais de ¼ dos municípios revelam-se descobertos.

Entre os municípios que referem contar com apoio institucional para os processos de capacitação de seus profissionais, em 86,1% dos casos o apoio é oferecido por um Pólo Institucional de Capacitação. A presença institucional dos Polos é menos referida nos municípios de menor porte e na região Norte.

As informações sobre capacitação são apresentadas nas tabelas 5.1 a 5.9 do ANEXO.

6. Razões, Vantagens e Desvantagens atribuídas às formas de contratação do PSF

Conforme já foi visto, mais de ¾ dos municípios referem adotar formas de vínculos distintas do Regime Jurídico Único e do regime CLT para contratação de trabalho e serviços profissionais para o PSF. A adoção de formas de contratação flexíveis (precárias, dependendo da ocupação e do tipo de contrato, bases salariais etc.) é mais utilizada nas regiões Centro Oeste (88,2%), Norte (87,5%) e Nordeste (85,4%). A proporção da utilização de contratos flexíveis é menor no Sul e no Sudeste, mesmo assim alcançando 62,5% e 67,3% dos municípios destas regiões, respectivamente (Tabela 6.2 do ANEXO).

Para o conjunto do país, a metade dos municípios que praticam formas de contratação flexíveis ou precárias para o PSF também a praticam para contratação de trabalho e serviços profissionais em outros setores da prefeitura, ademais do setor saúde. São os municípios da região Norte que mais referem o uso geral de contratação flexível nas prefeituras (cerca de 80%) enquanto que no Sul apenas 33% dos municípios referem contratos flexíveis em outros programas da prefeitura. Os dados relativos à adoção de contratação flexível por região e porte podem ser conferidos nas tabelas 6.5 a 6.10 do ANEXO.

A “flexibilização” é o primeiro motivo citado entre os municípios para a adoção de formas “precárias” de contratação de profissionais (57,8% das citações). Logo em seguida, as restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal são apontadas por 53,8% dos entrevistados. Menores custos e problemas de instabilidade no financiamento do PSF são citados por 36,8% e 34,5% dos municípios, respectivamente (Tabelas 6.3 e 6.4 do ANEXO).

As tabelas 6.11 a 6.14 do ANEXO referem-se às vantagens e problemas atribuídos pelos gestores para a utilização de formas de contratação flexíveis no PSF.

Em 36% dos municípios que contratam fora do Regime Jurídico Único e do regime CLT os gestores afirmam não perceberem nenhuma vantagem para a contratação flexível e 31% não reconhe nela nenhum problema.

A “flexibilidade”, nas suas diversas formas (numérica, interna, gerencial etc.) é citada como principal vantagem pela metade dos gestores entrevistados. Em contrapartida a “instabilidade e desproteção dos trabalhadores” é vista como principal problema por 48% dos gestores. Cerca de 10% referem problemas em relação à descontinuidade do serviço.

IV. ANEXO

BRASIL, REGIÕES NATURAIS E PORTE DOS MUNICÍPIOS

1. CARACTERIZAÇÃO GERAL

Tabela 1.1 – Brasil, Dezembro, 2001
Número de municípios que possuem Secretaria de Saúde segundo faixa de população

Faixa de população	Número de municípios que possuem Secretaria de Saúde					
	Sim		Não		Total	
	n	%	n	%	n	%
Até 10 mil	311	97,5	8	2,5	319	100,0
De 10 a 20 mil	163	97,6	4	2,4	167	100,0
De 20 a 50 mil	123	98,4	2	1,6	125	100,0
De 50 a 100 mil	44	95,7	2	4,3	46	100,0
De 100 a 500 mil	32	100,0	0	0,0	32	100,0
Mais de 500 mil	7	100,0	0	0,0	7	100,0
Brasil	680	97,7	16	2,3	696	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 1.2 – Brasil, Dezembro, 2001
Número de municípios que possuem Secretaria de Saúde segundo região natural

Região natural	Número de municípios que possuem Secretaria de Saúde					
	Sim		Não		Total	
	n	%	n	%	n	%
CO	75	98,7	1	1,3	76	100,0
N	56	100,0	0	0,0	56	100,0
NE	239	100,0	0	0,0	239	100,0
S	116	96,7	4	3,3	120	100,0
SE	194	94,6	11	5,4	205	100,0
Brasil	680	97,7	16	2,3	696	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 1.3 – Brasil, Dezembro, 2001
Número de municípios que possuem Coordenador do PSF segundo faixa de população

Faixa de população	Número de municípios que possuem Coordenador do PSF					
	Sim		Não		Total	
	n	%	n	%	n	%
Ate 10 mil	271	85,0	48	15,0	319	100,0
de 10 a 20 mil	134	80,2	33	19,8	167	100,0
de 20 a 50 mil	103	82,4	22	17,6	125	100,0
de 50 a 100 mil	41	89,1	5	10,9	46	100,0
de 100 a 500 mil	29	90,6	3	9,4	32	100,0
Mais de 500 mil	7	100,0	0	0,0	7	100,0
Brasil	585	84,1	111	15,9	696	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 1.4 – Brasil, Dezembro, 2001
Número de municípios que possuem Coordenador do PSF segundo região natural

Região Natural	Número de municípios que possuem Coordenador do PSF					
	Sim		Não		Total	
	n	%	n	%	n	%
CO	58	76,3	18	23,7	76	100,0
N	46	82,1	10	17,9	56	100,0
NE	202	84,5	37	15,5	239	100,0
S	104	86,7	16	13,3	120	100,0
SE	175	85,4	30	14,6	205	100,0
Brasil	585	84,1	111	15,9	696	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 1.5 – Brasil, Dezembro, 2001
Número de municípios segundo ano de implantação do PSF

Ano	Número de municípios segundo ano de implantação do PSF		
	n	%	% acumulado
1994	11	1,6	1,6
1995	9	1,3	2,9
1996	27	4,0	6,9
1997	85	12,4	19,3
1998	126	18,4	37,8
1999	124	18,2	55,9
2000	186	27,2	83,2
2001	115	16,8	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 1.6 – Brasil, Dezembro, 2001
Número de municípios segundo ano de implantação do PSF

Ano	Número de municípios segundo ano de implantação do PSF													
	Até 10		De 10 a 20 mil		De 20 a 50 mil		De 50 a 100 mil		De 100 a 500 mil		Mais de 500 mil		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
1994	1	0,3	2	1,2	3	2,4	3	6,5	2	6,3	0	0,0	11	1,6
1995	3	0,9	0	0,0	3	2,4	0	0,0	3	9,4	0	0,0	9	1,3
1996	10	3,1	5	3,0	8	6,4	2	4,3	1	3,1	1	14,3	27	3,9
1997	31	9,7	14	8,4	24	19,2	10	21,7	5	15,6	1	14,3	85	12,2
1998	47	14,7	36	21,6	22	17,6	9	19,6	9	28,1	3	42,9	126	18,1
1999	56	17,6	31	18,6	25	20,0	7	15,2	4	12,5	1	14,3	124	17,8
2000	97	30,4	51	30,5	23	18,4	8	17,4	7	21,9	0	0,0	186	26,7
2001	70	21,9	22	13,2	16	12,8	5	10,9	1	3,1	1	14,3	115	16,5
Não sabe	4	1,3	6	3,6	1	0,8	2	4,3	0	0,0	0	0,0	13	1,9
Total	319	100,0	167	100,0	125	100,0	46	100,0	32	100,0	7	100,0	696	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 1.7 – Brasil, Dezembro, 2001
Número de municípios por região natural segundo ano de implantação do PSF

Ano	Número de municípios segundo ano de implantação do PSF											
	CO		N		NE		S		SE		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
1994	1	1,3	0	0,0	7	2,9	2	1,7	1	0,5	11	1,6
1995	0	0,0	0	0,0	4	1,7	4	3,3	1	0,5	9	1,3
1996	0	0,0	1	1,8	15	6,3	3	2,5	8	3,9	27	3,9
1997	5	6,6	5	8,9	33	13,8	6	5,0	36	17,6	85	12,2
1998	7	9,2	14	25,0	40	16,7	18	15,0	47	22,9	126	18,1
1999	10	13,2	16	28,6	40	16,7	22	18,3	36	17,6	124	17,8
2000	30	39,5	11	19,6	61	25,5	42	35,0	42	20,5	186	26,7
2001	22	28,9	7	12,5	32	13,4	23	19,2	31	15,1	115	16,5
Não sabe	1	1,3	2	3,6	7	2,9	0	0,0	3	1,5	13	1,9
TOTAL	76	100,0	56	100,0	239	100,0	120	100,0	205	100,0	696	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 1.8 – Brasil, Dezembro, 2001
Número médio de equipes do PSF segundo faixa de população

Faixa de população	Número médio de equipes do PSF
	Média de equipes
Ate 10 mil	1,53
de 10 a 20 mil	3,29
de 20 a 50 mil	4,82
de 50 a 100 mil	8,17
de 100 a 500 mil	19,84
Mais de 500 mil	66,00
Brasil	4,47

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 1.9 – Brasil, Dezembro, 2001
Número médio de equipes do PSF segundo Região Natural

Região Natural	Número médio de equipes do PSF
	Média de equipes
CO	4,68
N	6,43
NE	4,92
S	4,03
SE	3,60
Brasil	4,47

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 1.10 – Brasil, Dezembro, 2001
Número médio de profissionais do PSF segundo faixa de população

Faixa de População	Número médio de profissionais do PSF					
	Médicos	Enfermeiros	Auxiliares de enfermagem	Agentes Comunitários	Dentistas	Auxiliares de Dentistas
Ate 10 mil	1,54	1,59	2,00	10,34	0,67	0,67
de 10 a 20 mil	3,27	3,19	3,91	23,08	0,90	1,06
de 20 a 50 mil	4,67	4,85	6,15	36,82	1,34	1,63
de 50 a 100 mil	8,04	8,13	10,76	63,54	2,37	2,58
de 100 a 500 mil	19,84	20,61	29,50	140,09	3,13	3,65
Mais de 500 mil	72,14	52,14	92,29	392,00	13,00	12,50
Brasil	4,50	4,36	5,97	31,50	1,19	1,28

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 1.11 – Brasil, Dezembro, 2001
Número médio de profissionais do PSF segundo região natural

Região Natural	Número médio de profissionais do PSF					
	Médicos	Enfermeiros	Auxiliares de enfermagem	Agentes Comunitários	Dentistas	Auxiliares de Dentistas
CO	4,71	4,64	5,66	33,64	1,39	1,69
N	7,05	4,68	9,25	46,20	1,69	1,09
NE	4,81	5,02	5,69	38,59	1,79	1,88
S	4,08	4,01	6,80	23,66	0,83	0,76
SE	3,60	3,59	5,03	23,06	0,53	0,68
Brasil	4,50	4,36	5,97	31,50	1,19	1,28

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

BRASIL, REGIÕES NATURAIS E PORTE DOS MUNICÍPIOS

2. AGENTES E INSTITUIÇÕES CONTRATANTES

Tabela 2.0 – **Todos os profissionais**

Brasil, Dezembro de 2001

Número de agentes contratantes por profissões, segundo natureza agregada dos agentes contratantes de profissionais para o PSF

Agente Contratante	Número de agentes contratantes de profissionais para o PSF									
	Médico		Enfermeiro		Técnico/ Auxiliar de enfermagem		Agente comunitário de saúde		Dentista	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Prefeituras	591	82,9	602	85,4	618	86,1	525	74,2	343	89,1
Outros públicos	17	2,4	13	1,8	18	2,5	58	8,2	11	2,9
Entidades Filantrópicas	32	4,5	30	4,3	26	3,6	36	5,1	6	1,6
Cooperativas	24	3,4	24	3,4	18	2,5	23	3,2	10	2,6
Outro Terceiro Setor	42	5,9	33	4,7	35	4,9	62	8,8	14	3,6
Empresas	5	0,7	1	0,1	1	0,1	1	0,1	1	0,3
Outros	2	0,3	2	0,3	2	0,3	3	0,4	0	0,0
Total	713	100,0	705	100,0	718	100,0	708	100,0	385	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 2.1 – **Médicos**

Brasil, Dezembro de 2001

Número de agentes contratantes por porte dos municípios, segundo natureza agregada dos agentes contratantes de médicos para o PSF

Agente contratante	Número de agentes contratantes de médicos para o PSF												Brasil	
	Até 10 mil		10 a 20 mil		20 a 50 mil		50 a 100 mil		100 a 500 mil		Mais de 500 mil			
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Prefeitura	274	84,3	142	85,0	104	80,6	38	80,9	28	82,4	5	45,5	591	82,9
Outros Públicos	5	1,5	4	2,4	3	2,3	2	4,3	0	0,0	3	27,3	17	2,4
Filantrópica	12	3,7	8	4,8	10	7,8	1	2,1	0	0,0	1	9,1	32	4,5
Cooperativa	6	1,8	5	3,0	10	7,8	0	0,0	2	5,9	1	9,1	24	3,4
Outro Terceiro Setor	24	7,4	6	3,6	2	1,6	5	10,6	4	11,8	1	9,1	42	5,9
Empresa	4	1,2	2	1,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	6	0,8
Outros	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	2,1	0	0,0	0	0,0	1	0,1
Total	325	100	167	100	129	100	47	100	34	100	11	100	713	100

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 2.2 – **Médicos**

Brasil, Dezembro de 2001

Número de agentes contratantes por região natural, segundo natureza agregada dos agentes contratantes de médicos para o PSF

Agente contratante	Número de agentes contratantes de médicos para o PSF											
	CO		N		NE		S		SE		Brasil	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Prefeitura	75	96,2	52	91,2	229	95,0	77	62,1	158	74,2	591	82,9
Outros Públicos	2	2,6	5	8,8	1	0,4	4	3,2	5	2,3	17	2,4
Filantropica	0	0,0	0	0,0	0	0,0	11	8,9	21	9,9	32	4,5
Cooperativa	0	0,0	0	0,0	10	4,1	6	4,8	8	3,8	24	3,4
Outro Terceiro Setor	1	1,3	0	0,0	1	0,4	21	16,9	19	8,9	42	5,9
Empresa	0	0,0	0	0,0	0	0,0	5	4,0	1	0,5	6	0,8
Outros	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,5	1	0,1
Total	78	100,0	57	100,0	241	100,0	124	100,0	213	100,0	713	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 2.3 – **Enfermeiros**

Brasil, Dezembro de 2001

Número de agentes contratantes por porte dos municípios, segundo natureza agregada dos agentes contratantes de enfermeiros para o PSF

Agente contratante	Número de agentes contratantes de enfermeiros para o PSF												Brasil	
	Até 10 mil		10 a 20 mil		20 a 50 mil		50 a 100 mil		100 a 500 mil		Mais de 500 mil			
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Prefeitura	284	87,7	143	86,1	105	84,0	38	82,6	27	81,8	5	45,5	602	85,4
Outros Públicos	3	0,9	5	3,0	0	0,0	2	4,3	0	0,0	3	27,3	13	1,8
Filantropica	10	3,1	8	4,8	10	8,0	1	2,2	0	0,0	1	9,1	30	4,3
Cooperativa	7	2,2	6	3,6	8	6,4	0	0,0	2	6,1	1	9,1	24	3,4
Outro Terceiro Setor	19	5,9	4	2,4	2	1,6	4	8,7	4	12,1	1	9,1	34	4,8
Empresa	1	0,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1
Outros	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	2,2	0	0,0	0	0,0	1	0,1
Total	324	100	166	100	125	100	46	100	33	100	11	100	705	100

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 2.4 – **Enfermeiros**

Brasil, Dezembro de 2001

Número de agentes contratantes por região natural, segundo natureza agregada dos agentes contratantes de enfermeiros para o PSF

Agente contratante	Número de agentes contratantes de enfermeiros para o PSF										Brasil	
	CO		N		NE		S		SE			
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Prefeitura	75	97,4	53	93,0	226	95,4	86	67,2	162	78,6	602	85,4
Outros Públicos	1	1,3	4	7,0	1	0,4	4	3,1	3	1,5	13	1,8
Filantropica	0	0,0	0	0,0	0	0,0	10	7,8	20	9,7	30	4,3
Cooperativa	0	0,0	0	0,0	9	3,8	9	7,0	6	2,9	24	3,4
Outro Terceiro Setor	1	1,3	0	0,0	1	0,4	18	14,1	14	6,8	34	4,8
Empresa	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,8	0	0,0	1	0,1
Outros	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,5	1	0,1
Total	77	100,0	57	100,0	237	100,0	128	100,0	206	100,0	705	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 2.5 – **Técnicos/Auxiliares de enfermagem**

Brasil, Dezembro de 2001

Número de agentes contratantes por porte dos municípios, segundo natureza agregada dos agentes contratantes de auxiliares/técnicos de enfermagem para o PSF

Agente contratante	Número de agentes contratantes de técnicos/auxiliares de enfermagem para o PSF													
	Até 10 mil		10 a 20 mil		20 a 50 mil		50 a 100 mil		100 a 500 mil		Mais de 500 mil		Brasil	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Prefeitura	288	89,2	146	83,4	112	86,2	39	83,0	28	84,8	5	50,0	618	86,1
Outros Públicos	5	1,5	8	4,6	0	0,0	2	4,3	0	0,0	3	30,0	18	2,5
Filantropica	9	2,8	8	4,6	7	5,4	1	2,1	0	0,0	1	10,0	26	3,6
Cooperativa	3	0,9	5	2,9	8	6,2	0	0,0	2	6,1	0	0,0	18	2,5
Outro Terceiro Setor	17	5,3	7	4,0	3	2,3	4	8,5	3	9,1	1	10,0	35	4,9
Empresa	1	0,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1
Outros	0	0,0	1	0,6	0	0,0	1	2,1	0	0,0	0	0,0	2	0,3
Total	323	100	175	100	130	100	47	100	33	100	10	100	718	100

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 2.6 - **Técnicos/Auxiliares de enfermagem**

Brasil, Dezembro de 2001

Número de agentes contratantes por região natural, segundo natureza agregada dos agentes contratantes de auxiliares/técnicos de enfermagem para o PSF

Agente contratante	Número de agentes contratantes de técnicos/auxiliares de enfermagem para o PSF											
	CO		N		NE		S		SE		Brasil	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Prefeitura	74	96,1	54	93,1	230	94,7	91	72,8	169	78,6	618	86,1
Outros Públicos	2	2,6	3	5,2	5	2,1	5	4,0	3	1,4	18	2,5
Filantropica	0	0,0	0	0,0	0	0,0	7	5,6	19	8,8	26	3,6
Cooperativa	0	0,0	0	0,0	8	3,3	5	4,0	5	2,3	18	2,5
Outro Terceiro Setor	1	1,3	0	0,0	0	0,0	16	12,8	18	8,4	35	4,9
Empresa	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,8	0	0,0	1	0,1
Outros	0	0,0	1	1,7	0	0,0	0	0,0	1	0,5	2	0,3
Total	77	100,0	58	100,0	243	100,0	125	100,0	215	100,0	718	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 2.7 – **Agentes comunitários de saúde**

Brasil, Dezembro de 2001

Número de agentes contratantes por porte dos municípios, segundo natureza agregada dos agentes contratantes de agentes comunitários de saúde para o PSF

Agente contratante	Número de agentes contratantes de agentes comunitários de saúde para o PSF													
	Até 10 mil		10 a 20 mil		20 a 50 mil		50 a 100 mil		100 a 500 mil		Mais de 500 mil		Brasil	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Prefeitura	255	78,7	124	74,3	88	69,3	33	70,2	21	61,8	4	44,4	525	74,2
Outros Públicos	16	4,9	16	9,6	18	14,2	4	8,5	1	2,9	3	33,3	58	8,2
Filantropica	14	4,3	10	6,0	9	7,1	1	2,1	1	2,9	1	11,1	36	5,1
Cooperativa	10	3,1	6	3,6	4	3,1	1	2,1	2	5,9	0	0,0	23	3,2
Outro Terceiro Setor	26	8,0	11	6,6	8	6,3	7	14,9	9	26,5	1	11,1	62	8,8
Empresa	1	0,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1
Outros	2	0,6	0	0,0	0	0,0	1	2,1	0	0,0	0	0,0	3	0,4
Total	324	100	167	100	127	100	47	100	34	100	9	100	708	100

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 2.8 – **Agentes comunitários de saúde**

Brasil, Dezembro de 2001

Número de agentes contratantes por faixa de população, segundo natureza agregada dos agentes contratantes de agentes comunitários de saúde para o PSF

Agente contratante	Número de agentes contratantes de agentes comunitários de saúde para o PSF											
	CO		N		NE		S		SE		Brasil	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Prefeitura	69	88,5	49	86,0	184	77,0	67	53,6	156	74,6	525	74,2
Outros Públicos	6	7,7	6	10,5	40	16,7	3	2,4	3	1,4	58	8,2
Filantropica	1	1,3	0	0,0	0	0,0	16	12,8	19	9,1	36	5,1
Cooperativa	1	1,3	0	0,0	4	1,7	12	9,6	6	2,9	23	3,2
Outro Terceiro Setor	1	1,3	2	3,5	9	3,8	26	20,8	24	11,5	62	8,8
Empresa	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,8	0	0,0	1	0,1
Outros	0	0,0	0	0,0	2	0,8	0	0,0	1	0,5	3	0,4
Total	78	100,0	57	100,0	239	100,0	125	100,0	209	100,0	708	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 2.9 – **Dentistas**

Brasil, Dezembro de 2001

Número de agentes contratantes por porte dos municípios, segundo natureza agregada dos agentes contratantes de dentistas para o PSF

Agente contratante	Número de agentes contratantes de dentistas para o PSF													
	Até 10 mil		10 a 20 mil		20 a 50 mil		50 a 100 mil		100 a 500 mil		Mais de 500 mil		Brasil	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Prefeitura	160	88,4	80	90,9	58	90,6	28	84,8	14	93,3	3	75,0	343	89,1
Outros Públicos	6	3,3	3	3,4	1	1,6	1	3,0	0	0,0	0	0,0	11	2,9
Filantropica	4	2,2	1	1,1	0	0,0	1	3,0	0	0,0	0	0,0	6	1,6
Cooperativa	3	1,7	3	3,4	3	4,7	0	0,0	0	0,0	1	25,0	10	2,6
Outro Terceiro Setor	7	3,9	1	1,1	2	3,1	3	9,1	1	6,7	0	0,0	14	3,6
Empresa	1	0,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,3
Outros	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	181	100	88	100	64	100	33	100	15	100	4	100	385	100

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 2.10 – **Dentistas**

Brasil, Dezembro de 2001

Número de agentes contratantes por região natural, segundo natureza agregada dos agentes contratantes de dentistas para o PSF

Agente contratante	Número de agentes contratantes de dentistas para o PSF											
	CO		N		NE		S		SE		Brasil	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Prefeitura	64	98,5	27	87,1	151	92,1	48	76,2	53	85,5	343	89,1
Outros Públicos	0	0,0	4	12,9	5	3,0	1	1,6	1	1,6	11	2,9
Filantropica	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	6,3	2	3,2	6	1,6
Cooperativa	0	0,0	0	0,0	7	4,3	2	3,2	1	1,6	10	2,6
Outro Terceiro Setor	1	1,5	0	0,0	1	0,6	7	11,1	5	8,1	14	3,6
Empresa	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,6	0	0,0	1	0,3
Outros	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	65	100,0	31	100,0	164	100,0	63	100,0	62	100,0	385	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

BRASIL, REGIÕES NATURAIS E PORTE DOS MUNICÍPIOS

3. MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO (TIPOS DE VÍNCULOS)

3.1 - VÍNCULO DE MÉDICOS

Tabela 3.1.1 – Brasil, Dezembro de 2001

Número de formas de vinculação de médicos via **prefeituras** por porte de municípios, segundo tipo de vínculo

Tipo de vínculo	Número de formas de vinculação de médicos via prefeituras													
	Até 10 mil		10 a 20 mil		20 a 50 mil		50 a 100 mil		100 a 500 mil		Mais de 500 mil		Brasil	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Temporário/Prestação de Serviços	221	78,6	123	79,4	85	75,2	29	65,9	16	45,7	1	14,3	475	74,8
CLT	14	5,0	9	5,8	6	5,3	3	6,8	2	5,7	1	14,3	35	5,5
CLT por prazo determinado	11	3,9	4	2,6	6	5,3	2	4,5	2	5,7	0	0,0	25	3,9
Estatutário	24	8,5	9	5,8	11	9,7	10	22,7	12	34,3	5	71,4	71	11,2
Servidor público não efetivo	7	2,5	6	3,9	5	4,4	0	0,0	1	2,9	0	0,0	19	3,0
Contrato verbal	3	1,1	3	1,9	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	6	0,9
Sócio proprietário	1	0,4	1	0,6	0	0,0	0	0,0	2	5,7	0	0,0	4	0,6
Outros	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	281	100,0	155	100,0	113	100,0	44	100,0	35	100,0	7	100,0	635	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 3.1.2 – Brasil, Dezembro de 2001

Número de formas de vinculação de médicos via **prefeituras** por região natural, segundo tipo de vínculo

Tipo de vínculo	Número de formas de vinculação de médicos via prefeituras											
	CO		N		NE		S		SE		Brasil	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Temporário/Prestação de Serviços	71	86,6	45	83,3	210	88,2	40	44,9	109	63,4	475	74,8
CLT	1	1,2	2	3,7	4	1,7	12	13,5	16	9,3	35	5,5
CLT por prazo determinado	0	0,0	0	0,0	3	1,3	9	10,1	13	7,6	25	3,9
Estatutário	7	8,5	6	11,1	10	4,2	23	25,8	25	14,5	71	11,2
Servidor público não efetivo	1	1,2	1	1,9	5	2,1	4	4,5	8	4,7	19	3,0
Contrato verbal	1	1,2	0	0,0	5	2,1	0	0,0	0	0,0	6	0,9
Sócio proprietário	1	1,2	0	0,0	1	0,4	1	1,1	1	0,6	4	0,6
Outros	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	82	100,0	54	100,0	238	100,0	89	100,0	172	100,0	635	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 3.1.3 – Brasil, Dezembro de 2001

Número de formas de vinculação de médicos via **entidades filantrópicas** por porte de municípios, segundo tipo de vínculo

Tipo de vínculo	Número de formas de vinculação de médicos via entidades filantrópicas												Brasil	
	Até 10 mil		10 a 20 mil		20 a 50 mil		50 a 100 mil		100 a 500 mil		Mais de 500 mil			
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Temporário/Prestação de Serviços	5	38,5	1	9,1	3	27,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	9	24,3
CLT	8	61,5	8	72,7	5	45,5	1	100,0	0	0,0	1	100,0	23	62,2
CLT por prazo determinado	0	0,0	1	9,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	2,7
Estatutário	0	0,0	0	0,0	1	9,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	2,7
Servidor público não efetivo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Contrato verbal	0	0,0	0	0,0	1	9,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	2,7
Sócio proprietário	0	0,0	1	9,1	1	9,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	5,4
Outros	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	13	100,0	11	100,0	11	100,0	1	100,0	0	0,0	1	100,0	37	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 3.1.4 – Brasil, Dezembro de 2001

Número de formas de vinculação de médicos via **entidades filantrópicas** por região natural, segundo tipo de vínculo

Tipo de vínculo	Número de formas de vinculação de médicos via entidades filantrópicas											
	CO		N		NE		S		SE		Brasil	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Temporários/Prestação de Serviços	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	30,8	5	20,8	9	24,3
CLT	0	0,0	0	0,0	0	0,0	7	53,8	16	66,7	23	62,2
CLT por prazo determinado	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	7,7	0	0,0	1	2,7
Estatutário	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	4,2	1	2,7
Servidor público não efetivo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Contrato verbal	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	4,2	1	2,7
Sócio proprietário	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	7,7	1	4,2	2	5,4
Outros	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	0	0,0	0	0,0	0	0,0	13	100,0	24	100,0	37	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

3.2 - VÍNCULO DE ENFERMEIROS

Tabela 3.2.1 – Brasil, Dezembro de 2001

Número de formas de vinculação de enfermeiros via **prefeituras** por porte de municípios, segundo tipo de vínculo

Tipo de vínculo	Número de formas de vinculação de enfermeiros via prefeituras N= 646													
	Até 10 mil		10 a 20 mil		20 a 50 mil		50 a 100 mil		100 a 500 mil		Mais de 500 mil		Brasil	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Temporário/Prestação de Serviços	206	71,5	121	77,6	81	68,1	28	60,9	13	43,3	1	14,3	450	69,7
CLT	22	7,6	10	6,4	8	6,7	3	6,5	1	3,3	1	14,3	45	7,0
CLT por prazo determinado	8	2,8	3	1,9	5	4,2	2	4,3	2	6,7	0	0,0	20	3,1
Estatutário	39	13,5	14	9,0	20	16,8	13	28,3	12	40,0	5	71,4	103	15,9
Servidor público não efetivo	9	3,1	4	2,6	5	4,2	0	0,0	1	3,3	0	0,0	19	2,9
Contrato verbal	3	1,0	3	1,9	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	6	0,9
Sócio proprietário	1	0,3	1	0,6	0	0,0	0	0,0	1	3,3	0	0,0	3	0,5
Outros	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	288	100,0	156	100,0	119	100,0	46	100,0	30	100,0	7	100,0	646	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 3.2.2 – Brasil, Dezembro de 2001

Número de formas de vinculação de enfermeiros via **prefeitura** por região natural, segundo tipo de vínculo

Tipo de vínculo	Número de formas de vinculação de de enfermeiros via prefeitura N=646											
	CO		N		NE		S		SE		Brasil	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Temporários/Prestação de Serviços	69	82,1	44	74,6	200	83,7	35	38,5	102	59,0	450	69,7
CLT	2	2,4	3	5,1	5	2,1	12	13,2	23	13,3	45	7,0
CLT por prazo determinado	0	0,0	0	0,0	3	1,3	6	6,6	11	6,4	20	3,1
Estatutário	11	13,1	11	18,6	20	8,4	32	35,2	29	16,8	103	15,9
Servidor público não efetivo	1	1,2	1	1,7	5	2,1	5	5,5	7	4,0	19	2,9
Contrato verbal	1	1,2	0	0,0	5	2,1	0	0,0	0	0,0	6	0,9
Sócio proprietário	0	0,0	0	0,0	1	0,4	1	1,1	1	0,6	3	0,5
Outros	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	84	100,0	59	100,0	239	100,0	91	100,0	173	100,0	646	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 3.2.3 – Brasil, Dezembro de 2001

Número de formas de vinculação de enfermeiros via **entidades filantrópicas** por porte de municípios, segundo tipo de vínculo

Tipo de vínculo	Número de formas de vinculação de enfermeiros entidades filantrópicas N=32													
	Até 10 mil		10 a 20 mil		20 a 50 mil		50 a 100 mil		100 a 500 mil		Mais de 500 mil		Brasil	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Temporário/Prestação de Serviços	2	20,0	1	11,1	3	27,3	0	0,0	0	0	0	0,0	6	18,8
CLT	8	80,0	6	66,7	5	45,5	1	100,0	0	0	1	100,0	21	65,6
CLT por prazo determinado	0	0,0	1	11,1	0	0,0	0	0,0	0	0	0	0,0	1	3,1
Estatutário	0	0,0	0	0,0	1	9,1	0	0,0	0	0	0	0,0	1	3,1
Servidor público não efetivo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0	0	0,0	0	0,0
Contrato verbal	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0	0	0,0	0	0,0
Sócio proprietário	0	0,0	1	11,1	2	18,2	0	0,0	0	0	0	0,0	3	9,4
Outros	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0	0	0,0	0	0,0
Total	10	100,0	9	100,0	11	100,0	1	100,0	0	0	1	100,0	32	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 3.2.4 – Brasil, Dezembro de 2001

Número de formas de vinculação de enfermeiros via **entidades filantrópicas** por região natural, segundo tipo de vínculo

Tipo de vínculo	Número de formas de vinculação de enfermeiros via entidade filantrópica N= 32											
	CO		N		NE		S		SE		Brasil	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Temporários/Prestação de Serviços	0	0	0	0	0	0	2	18,2	4	19,0	6	18,8
CLT	0	0	0	0	0	0	7	63,6	14	66,7	21	65,6
CLT por prazo determinado	0	0	0	0	0	0	1	9,1	0	0,0	1	3,1
Estatutário	0	0	0	0	0	0	0	0,0	1	4,8	1	3,1
Servidor público não efetivo	0	0	0	0	0	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Contrato verbal	0	0	0	0	0	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Sócio proprietário	0	0	0	0	0	0	1	9,1	2	9,5	3	9,4
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	0	0	0	0	0	0	11	100,0	21	100,0	32	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

3.3 - VÍNCULO DE TÉCNICOS/AUXILIARES DE ENFERMAGEM

Tabela 3.3.1 – Brasil, Dezembro de 2001

Número de formas de vinculação de técnicos/auxiliares de enfermagem via **prefeituras** por porte de municípios, segundo tipo de vínculo

Tipo de vínculo	Número de formas de vinculação de técnicos/auxiliares de enfermagem via prefeituras N= 681													
	Até 10 mil		10 a 20 mil		20 a 50 mil		50 a 100 mil		100 a 500 mil		Mais de 500 mil		Brasil	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Temporário/Prestação de Serviços	155	50,8	91	55,8	64	48,5	18	43,9	11	33,3	2	28,6	341	50,1
CLT	30	9,8	12	7,4	14	10,6	5	12,2	2	6,1	1	14,3	64	9,4
CLT por prazo determinado	9	3,0	4	2,5	5	3,8	1	2,4	2	6,1	0	0,0	21	3,1
Estatutário	106	34,8	52	31,9	44	33,3	17	41,5	17	51,5	4	57,1	240	35,2
Servidor público não efetivo	3	1,0	3	1,8	4	3,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	10	1,5
Contrato verbal	1	0,3	1	0,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,3
Sócio proprietário	1	0,3	0	0,0	1	0,8	0	0,0	1	3,0	0	0,0	3	0,4
Outros	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	305	100,0	163	100,0	132	100,0	41	100,0	33	100,0	7	100,0	681	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 3.3.2 – Brasil, Dezembro de 2001

Número de formas de vinculação de técnicos/auxiliares de enfermagem via **prefeituras** por região natural, segundo tipo de vínculo

Tipo de vínculo	Número de formas de vinculação de técnicos/auxiliares de enfermagem via prefeitura N=681											
	CO		N		NE		S		SE		Brasil	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Temporários/Prestação de Serviços	46	58,2	35	57,4	155	58,5	22	22,9	83	46,1	341	50,1
CLT	2	2,5	4	6,6	20	7,5	10	10,4	28	15,6	64	9,4
CLT por prazo determinado	0	0,0	0	0,0	3	1,1	5	5,2	13	7,2	21	3,1
Estatutário	28	35,4	21	34,4	80	30,2	58	60,4	53	29,4	240	35,2
Servidor público não efetivo	3	3,8	1	1,6	4	1,5	1	1,0	1	0,6	10	1,5
Contrato verbal	0	0,0	0	0,0	2	0,8	0	0,0	0	0,0	2	0,3
Sócio proprietário	0	0,0	0	0,0	1	0,4	0	0,0	2	1,1	3	0,4
Outros	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	79	100,0	61	100,0	265	100,0	96	100,0	180	100,0	681	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 3.3.3 – Brasil, Dezembro de 2001

Número de formas de vinculação de técnicos/auxiliares de enfermagem via **entidades filantrópicas** por porte de municípios, segundo tipo de vínculo

Tipo de vínculo	Número de formas de vinculação de técnicos/auxiliares de enfermagem via entidades filantrópicas N= 29													
	Até 10 mil		10 a 20 mil		20 a 50 mil		50 a 100 mil		100 a 500 mil		Mais de 500 mil		Brasil	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Temporário/Prestação de Serviços	2	22,2	1	10,0	2	25,0	0	0,0	0	0	0	0,0	5	17,2
CLT	7	77,8	7	70,0	3	37,5	1	100,0	0	0	1	100,0	19	65,5
CLT por prazo determinado	0	0,0	1	10,0	0	0,0	0	0,0	0	0	0	0,0	1	3,4
Estatutário	0	0,0	0	0,0	1	12,5	0	0,0	0	0	0	0,0	1	3,4
Servidor público não efetivo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0	0	0,0	0	0,0
Contrato verbal	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0	0	0,0	0	0,0
Sócio proprietário	0	0,0	1	10,0	2	25,0	0	0,0	0	0	0	0,0	3	10,3
Outros	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0	0	0,0	0	0,0
Total	9	100,0	10	100,0	8	100,0	1	100,0	0	0	1	100,0	29	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 3.3.4 – Brasil, Dezembro de 2001

Número de formas de vinculação de técnicos/auxiliares de enfermagem via **entidades filantrópicas** por região natural, segundo tipo de vínculo

Tipo de vínculo	Número de formas de vinculação de técnicos/auxiliares de enfermagem via entidades filantrópicas N=29													
	CO		N		NE		S		SE		Brasil			
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%		
Temporários/Prestação de Serviços	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	22,2	3	15,0	5	17,2		
CLT	0	0,0	0	0,0	0	0,0	5	55,6	14	70,0	19	65,5		
CLT por prazo determinado	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	11,1	0	0,0	1	3,4		
Estatutário	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	5,0	1	3,4		
Servidor público não efetivo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0		
Contrato verbal	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0		
Sócio proprietário	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	11,1	2	10,0	3	10,3		
Outros	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0		
Total	0	0,0	0	0,0	0	0,0	9	100,0	20	100,0	29	100,0		

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

3.4 - VÍNCULO DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

Tabela 3.4.1 – Brasil, Dezembro de 2001

Número de formas de vinculação de agentes comunitários de saúde de via **prefeituras** por porte de municípios, segundo tipo de vínculo

Tipo de vínculo	Número de formas de vinculação de agentes comunitários de saúde via prefeituras N= 554													
	Até 10 mil		10 a 20 mil		20 a 50 mil		50 a 100 mil		100 a 500 mil		Mais de 500 mil		Brasil	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Temporários/Prestação de Serviços	154	57,5	70	53,4	51	54,3	17	48,6	9	42,9	3	60,0	304	54,9
CLT	33	12,3	16	12,2	11	11,7	4	11,4	2	9,5	0	0,0	66	11,9
CLT por prazo determinado	12	4,5	3	2,3	5	5,3	2	5,7	2	9,5	0	0,0	24	4,3
Estatutário	40	14,9	18	13,7	10	10,6	8	22,9	5	23,8	1	20,0	82	14,8
Servidor público não efetivo	4	1,5	8	6,1	6	6,4	0	0,0	1	4,8	1	20,0	20	3,6
Seleção	10	3,7	4	3,1	6	6,4	2	5,7	1	4,8	0	0,0	23	4,2
Bolsista	4	1,5	6	4,6	4	4,3	2	5,7	0	0,0	0	0,0	16	2,9
Contrato verbal	6	2,2	5	3,8	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	11	2,0
Outros	5	1,9	1	0,8	1	1,1	0	0,0	1	4,8	0	0,0	8	1,4
Não sabe	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	268	100,0	131	100,0	94	100,0	35	100,0	21	100,0	5	100,0	554	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 3.4.2 – Brasil, Dezembro de 2001

Número de formas de vinculação de agentes comunitários de saúde via **prefeituras** por região natural, segundo tipo de vínculo

Tipo de vínculo	Número de formas de vinculação de agentes comunitários de saúde via prefeitura N=554											
	CO		N		NE		S		SE		Brasil	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Temporários/Prestação de Serviços	54	73,0	33	63,5	93	48,9	27	38,0	97	58,1	304	54,9
CLT	2	2,7	6	11,5	24	12,6	12	16,9	22	13,2	66	11,9
CLT por prazo determinado	1	1,4	0	0,0	2	1,1	8	11,3	13	7,8	24	4,3
Estatutário	7	9,5	5	9,6	20	10,5	21	29,6	29	17,4	82	14,8
Servidor público não efetivo	4	5,4	1	1,9	8	4,2	2	2,8	5	3,0	20	3,6
Seleção	4	5,4	3	5,8	16	8,4	0	0,0	0	0,0	23	4,2
Bolsista	0	0,0	4	7,7	12	6,3	0	0,0	0	0,0	16	2,9
Contrato verbal	1	1,4	0	0,0	10	5,3	0	0,0	0	0,0	11	2,0
Outros	1	1,4	0	0,0	5	2,6	1	1,4	1	0,6	8	1,4
Não sabe	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	74	100,0	52	100,0	190	100,0	71	100,0	167	100,0	554	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 3.4.3 – Brasil, Dezembro de 2001

Número de formas de vinculação de agentes comunitários de saúde de via **entidades filantrópicas** por porte de municípios, segundo tipo de vínculo

Tipo de vínculo	Número de formas de vinculação de agentes comunitários de saúde via entidades filantrópicas N= 37													
	Até 10 mil		10 a 20 mil		20 a 50 mil		50 a 100 mil		100 a 500 mil		Mais de 500 mil		Brasil	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Temporários/Prestação de Serviços	2	15,4	2	18,2	3	30,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	7	18,9
CLT	10	76,9	6	54,5	4	40,0	1	100,0	1	100,0	1	100,0	23	62,2
CLT por prazo determinado	0	0,0	1	9,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	2,7
Estatutário	1	7,7	0	0,0	1	10,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	5,4
Servidor público não efetivo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Contrato verbal	0	0,0	0	0,0	1	10,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	2,7
Outros	0	0,0	2	18,2	1	10,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	8,1
Não sabe	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	13	100,0	11	100,0	10	100,0	1	100,0	1	100,0	1	100,0	37	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 3.4.4 – Brasil, Dezembro de 2001

Número de formas de vinculação de agentes comunitários de saúde via **entidades filantrópicas** por região natural, segundo tipo de vínculo

Tipo de vínculo	Número de formas de vinculação de agentes comunitários de saúde via entidades filantrópicas N=37													
	CO		N		NE		S		SE		Brasil			
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%		
Temporários/Prestação de Serviços	1	100,0	0	0,0	0	0,0	4	23,5	2	10,5	7	18,9		
CLT	0	0,0	0	0,0	0	0,0	10	58,8	13	68,4	23	62,2		
CLT por prazo determinado	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	5,9	0	0,0	1	2,7		
Estatutário	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	10,5	2	5,4		
Servidor público não efetivo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0		
Contrato verbal	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	5,3	1	2,7		
Outros	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	11,8	1	5,3	3	8,1		
Não sabe	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0		
Total	1	100,0	0	0,0	0	0,0	17	100,0	19	100,0	37	100,0		

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

3.5 - VÍNCULOS DE DENTISTAS

Tabela 3.5.1 – Brasil, Dezembro de 2001

Número de formas de vinculação de dentistas de via **prefeituras** por porte de municípios, segundo tipo de vínculo

Tipo de vínculo	Número de formas de vinculação de dentistas via prefeituras N= 368													
	Até 10 mil		10 a 20 mil		20 a 50 mil		50 a 100 mil		100 a 500 mil		Mais de 500 mil		Brasil	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Temporários/Prestação de Serviços	125	74,4	64	73,6	44	68,8	21	70,0	6	40,0	1	25,0	261	70,9
CLT	8	4,8	5	5,7	3	4,7	2	6,7	0	0,0	0	0,0	18	4,9
CLT por prazo determinado	3	1,8	1	1,1	1	1,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	5	1,4
Estatutário	29	17,3	12	13,8	13	20,3	7	23,3	7	46,7	3	75,0	71	19,3
Servidor público não efetivo	0	0,0	2	2,3	3	4,7	0	0,0	1	6,7	0	0,0	6	1,6
Contrato verbal	3	1,8	3	3,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	6	1,6
Outros	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	6,7	0	0,0	1	0,3
Não sabe	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	168	100,0	87	100,0	64	100,0	30	100,0	15	100,0	4	100,0	368	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 3.5.2 – Brasil, Dezembro de 2001

Número de formas de vinculação de dentistas via **prefeituras** por região natural, segundo tipo de vínculo

Tipo de vínculo	Número de formas de vinculação de dentistas via prefeitura N=368											
	CO		N		NE		S		SE		Brasil	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Temporários/Prestação de Serviços	58	85,3	20	66,7	134	80,7	18	36,7	31	56,4	261	70,9
CLT	2	2,9	1	3,3	4	2,4	6	12,2	5	9,1	18	4,9
CLT por prazo determinado	0	0,0	0	0,0	2	1,2	3	6,1	0	0,0	5	1,4
Estatutário	6	8,8	8	26,7	17	10,2	22	44,9	18	32,7	71	19,3
Servidor público não efetivo	1	1,5	1	3,3	3	1,8	0	0,0	1	1,8	6	1,6
Contrato verbal	1	1,5	0	0,0	5	3,0	0	0,0	0	0,0	6	1,6
Outros	0	0,0	0	0,0	1	0,6	0	0,0	0	0,0	1	0,3
Não sabe	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	68	100,0	30	100,0	166	100,0	49	100,0	55	100,0	368	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 3.5.3 – Brasil, Dezembro de 2001

Número de formas de vinculação de dentistas de via **entidades filantrópicas** por porte de municípios, segundo tipo de vínculo

Tipo de vínculo	Número de formas de vinculação de dentistas via entidades filantrópicas N= 5													
	Até 10 mil		10 a 20 mil		20 a 50 mil		50 a 100 mil		100 a 500 mil		Mais de 500 mil		Brasil	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Temporários/Prestação de Serviços	1	33,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	20,0
CLT	2	66,7	1	100,0	0	0,0	1	100,0	0	0,0	0	0,0	4	80,0
CLT por prazo determinado	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Estatutário	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Servidor público não efetivo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Contrato verbal	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Outros	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Não sabe	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	3	100,0	1	100,0	0	0,0	1	100,0	0	0,0	0	0,0	5	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 3.5.4 – Brasil, Dezembro de 2001

Número de formas de vinculação de dentistas via **entidades filantrópicas** por região natural, segundo tipo de vínculo

Tipo de vínculo	Número de formas de vinculação de dentistas via entidades filantrópicas N= 5											
	CO		N		NE		S		SE		Brasil	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Temporários/Prestação de Serviços	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	33,3	0	0,0	1	20,0
CLT	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	66,7	2	100,0	4	80,0
CLT por prazo determinado	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Estatutário	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Servidor público não efetivo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Contrato verbal	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Outros	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Não sabe	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	100,0	2	100,0	5	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

BRASIL, REGIÕES NATURAIS E PORTE DOS MUNICÍPIOS

4. JORNADA DE TRABALHO, SALÁRIOS, GRATIFICAÇÃO E INCENTIVOS

4.1 - JORNADA DE TRABALHO

Tabela 4.1.1 – Brasil, Dezembro de 2001

Percentual de municípios com jornada de trabalho de 40 horas semanais por pessoal contratado para o PSF segundo faixa de população

Faixa de População	Percentual de municípios com jornada de trabalho de 40 horas semanais				
	Médicos	Enfermeiros	Tec/Auxiliares	ACS	Dentistas
Até 10 mil	97,2	97,5	96,5	98,1	82,3
10 a 20 mil	96,4	97,6	97,6	98,2	93,2
20 a 50 mil	98,4	98,4	97,6	99,2	82,3
50 a 100 mil	100,0	100,0	100,0	100,0	90,3
100 a 500 mil	87,5	90,3	90,6	96,8	93,3
Mais de 500 mil	100,0	100,0	85,7	100,0	0,0
Brasil	97	97,5	96,8	98,4	85,3

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 4.1.2 – Brasil, Dezembro de 2001

Percentual de municípios com jornada de trabalho de 40 horas semanais por pessoal contratado para o PSF segundo região natural

Faixa de População	Percentual de municípios com jornada de trabalho de 40 horas semanais				
	Médicos	Enfermeiros	Tec/Auxiliares	ACS	Dentistas
CO	98,7	100,0	100,0	100,0	92,2
N	98,2	98,2	96,4	98,2	85,7
NE	96,2	96,6	96,6	97,4	89,9
S	95,0	96,7	95,8	99,2	69,4
SE	98,0	98,0	96,6	98,5	82,3
Brasil	97,0	97,5	96,8	98,4	85,3

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

4.2 - SALÁRIO

Tabela 4.2.1 – Brasil, Dezembro de 2001

Salários médios de contratação de profissionais para o PSF segundo o porte dos municípios

Porte	Salários médios de contratação de profissionais para o PSF				
	Medico	Enfermeiro	Técnico/ Auxiliar de enfermagem	Agente comunitário de saúde	Dentista
Ate 10 mil	4225,16	1682,10	397,20	202,33	1692,70
De 10 a 20 mil	4016,98	1762,91	386,49	206,07	1726,16
De 20 a 50 mil	3957,58	1781,22	382,62	216,46	1733,48
De 50 a 100 mil	3894,83	1832,31	430,51	238,61	2041,50
De 100 a 500 mil	3668,59	1772,52	488,32	268,32	2265,07
Mais de 500 mil	4333,14	2455,86	733,57	384,14	1200,00
Brasil	4079,50	1741,25	401,84	213,06	1755,77

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 4.2.2 – Brasil, Dezembro de 2001

Salários médios de contratação de profissionais para o PSF segundo região natural

Região Natural	Salários médios de contratação de profissionais para o PSF				
	Medico	Enfermeiro	Técnico/ Auxiliar de enfermagem	Agente comunitário de saúde	Dentista
CO	4591,89	1999,13	411,32	211,03	1855,70
N	4460,13	1883,41	416,45	196,36	2145,36
NE	3966,11	1786,20	356,88	190,21	1677,92
S	3731,47	1362,96	436,55	207,75	1613,17
SE	4119,50	1777,60	426,10	248,31	1812,56
Brasil	4079,50	1741,25	401,84	213,06	1755,77

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 4.2.3 – Brasil, Dezembro de 2001

Salários médios de contratação de médicos para o PSF segundo o porte dos municípios

Porte	Salário médio de contratação de médicos para o PSF		
	Salario médio	Mínimo	Máximo
Ate 10 mil	4225,16	1300,00	9000,00
De 10 a 20 mil	4016,98	1570,00	8300,00
De 20 a 50 mil	3957,58	1000,00	6600,00
De 50 a 100 mil	3894,83	1300,00	7000,00
De 100 a 500 mil	3668,59	2100,00	6000,00
Mais de 500 mil	4333,14	3200,00	6000,00
Brasil	4079,50	1000,00	9000,00

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 4.2.4 – Brasil, Dezembro de 2001

Salários médios de contratação de médicos para o PSF segundo região natural

Região Natural	Salário médio de contratação de médicos para o PSF		
	Salario médio	Mínimo	Máximo
CO	4591,89	1500,00	7800,00
N	4460,13	1000,00	9000,00
NE	3966,11	1500,00	8175,00
S	3731,47	1300,00	7500,00
SE	4119,50	1600,00	9000,00
Brasil	4079,50	1000,00	9000,00

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 4.2.5 – Brasil, Dezembro de 2001

Salários médios de contratação de enfermeiros para o PSF segundo o porte dos municípios

Porte	Salário médio de contratação de enfermeiros para o PSF		
	Salário médio	Mínimo	Máximo
Ate 10 mil	1682,10	700,00	3000,00
De 10 a 20 mil	1762,91	550,00	3150,00
De 20 a 50 mil	1781,22	700,00	3500,00
De 50 a 100 mil	1832,31	900,00	2800,00
De 100 a 500 mil	1772,52	850,00	3000,00
Mais de 500 mil	2455,86	1500,00	3200,00
Brasil	1741,25	550,00	3500,00

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 4.2.6 – Brasil, Dezembro de 2001

Salários médios de contratação de enfermeiros para o PSF segundo região natural

Região Natural	Salário médio de contratação de enfermeiros para o PSF		
	Salário médio	Mínimo	Máximo
CO	1999,13	1300,00	3000,00
N	1883,41	900,00	3500,00
NE	1786,20	700,00	2800,00
S	1362,96	550,00	3200,00
SE	1777,60	700,00	3150,00
Brasil	1741,25	550,00	3500,00

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 4.2.7 – Brasil, Dezembro de 2001

Salários médios de contratação de Tec/auxiliar de enfermagem para o PSF segundo o porte dos municípios

Porte	Salário médio de contratação de Tec/auxiliar de enfermagem para o PSF		
	Salário médio	Mínimo	Máximo
Ate 10 mil	397,20	180,00	2400,00
De 10 a 20 mil	386,49	180,00	1200,00
De 20 a 50 mil	382,62	180,00	920,00
De 50 a 100 mil	430,51	180,00	1000,00
De 100 a 500 mil	488,32	250,00	800,00
Mais de 500 mil	733,57	380,00	1200,00
Brasil	401,84	180,00	2400,00

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 4.2.8 – Brasil, Dezembro de 2001

Salários médios de contratação de Tec/auxiliar de enfermagem para o PSF segundo região natural

Região Natural	Salário médio de contratação de Tec/auxiliar de enfermagem para o PSF		
	Salário médio	Mínimo	Máximo
CO	411,32	225,00	1800,00
N	416,45	180,00	2400,00
NE	356,88	180,00	1250,00
S	436,55	180,00	1000,00
SE	426,10	180,00	1200,00
Brasil	401,84	180,00	2400,00

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 4.2.9 – Brasil, Dezembro de 2001

Salários médios de contratação de Agente Comunitário de Saúde para o PSF segundo o porte dos municípios

Porte	Salário médio de contratação de Agente Comunitário de Saúde para o PSF		
	Salário médio	Mínimo	Máximo
Ate 10 mil	202,33	180,00	408,00
De 10 a 20 mil	206,07	180,00	420,00
De 20 a 50 mil	216,46	180,00	480,00
De 50 a 100 mil	238,61	180,00	750,00
De 100 a 500 mil	268,32	180,00	550,00
Mais de 500 mil	384,14	210,00	900,00
Brasil	213,06	180,00	900,00

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 4.2.10 – Brasil, Dezembro de 2001

Salários médios de contratação de Agente Comunitário de Saúde para o PSF segundo região natural

Região Natural	Salário médio de contratação de Agente Comunitário de Saúde para o PSF		
	Salário médio	Mínimo	Máximo
CO	211,03	180,00	380,00
N	196,36	180,00	300,00
NE	190,21	180,00	300,00
S	207,75	180,00	500,00
SE	248,31	180,00	900,00
Brasil	213,06	180,00	900,00

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 4.2.11 – Brasil, Dezembro de 2001

Salários médios de contratação de Dentista para o PSF segundo o porte dos municípios

Porte	Salário médio de contratação de Dentista para o PSF		
	Salário médio	Mínimo	Máximo
Ate 10 mil	1692,70	600,00	4000,00
De 10 a 20 mil	1726,16	600,00	3500,00
De 20 a 50 mil	1733,48	773,00	4000,00
De 50 a 100 mil	2041,50	750,00	4580,00
De 100 a 500 mil	2265,07	1100,00	3600,00
Mais de 500 mil	1200,00	600,00	1700,00
Brasil	1755,77	600,00	4580,00

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 4.2.12 – Brasil, Dezembro de 2001

Salários médios de contratação de Dentista para o PSF segundo região natural

Região Natural	Salário médio de contratação de Dentista para o PSF		
	Salário médio	Mínimo	Máximo
CO	1855,70	1000,00	3200,00
N	2145,36	900,00	4000,00
NE	1677,92	600,00	4000,00
S	1613,17	750,00	3750,00
SE	1812,56	624,00	4580,00
Brasil	1755,77	600,00	4580,00

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

4.3 – GRATIFICAÇÃO E INCENTIVOS

Tabela 4.3.1 – Brasil, Dezembro de 2001
Existência de gratificação de médicos do PSF segundo porte dos municípios

Porte	Existência de gratificação de médicos do PSF							
	Sim		Não		Não sabe		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Ate 10 mil	34	10,7	270	84,6	15	4,7	319	100,0
De 10 a 20 mil	25	15,0	140	83,8	2	1,2	167	100,0
De 20 a 50 mil	21	16,8	104	83,2	0	0,0	125	100,0
De 50 a 100 mil	9	19,6	36	78,3	1	2,2	46	100,0
De 100 a 500 mil	8	25,0	24	75,0	0	0,0	32	100,0
Mais de 500 mil	4	57,1	3	42,9	0	0,0	7	100,0
Brasil	101	14,5	577	82,9	18	2,6	696	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 4.3.2 – Brasil, Dezembro de 2001
Existência de gratificação de médicos do PSF segundo região natural

Região natural	Existência de gratificação de médicos do PSF							
	Sim		Não		Não sabe		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
CO	10	13,2	64	84,2	2	2,6	76	100,0
N	23	41,1	33	58,9	0	0,0	56	100,0
NE	33	13,8	205	85,8	1	0,4	239	100,0
S	17	14,2	98	81,7	5	4,2	120	100,0
SE	18	8,8	177	86,3	10	4,9	205	100,0
Brasil	101	14,5	577	82,9	18	2,6	696	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 4.3.3 – Brasil, Dezembro de 2001
Existência de incentivos para os médicos do PSF segundo porte dos municípios

Porte	Existência de incentivos para os médicos do PSF							
	Sim		Não		Não sabe		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Ate 10 mil	135	42,3	181	56,7	3	0,9	319	100,0
De 10 a 20 mil	63	37,7	103	61,7	1	0,6	167	100,0
De 20 a 50 mil	42	33,6	83	66,4	0	0,0	125	100,0
De 50 a 100 mil	20	43,5	26	56,5	0	0,0	46	100,0
De 100 a 500 mil	10	31,3	22	68,8	0	0,0	32	100,0
Mais de 500 mil	4	57,1	3	42,9	0	0,0	7	100,0
Brasil	274	39,4	418	60,1	4	0,6	696	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 4.3.4 – Brasil, Dezembro de 2001
Existência de incentivos para os médicos do PSF segundo região natural

Região natural	Existência de incentivos para os médicos do PSF							
	Sim		Não		Não sabe		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
CO	21	27,6	54	71,1	1	1,3	76	100,0
N	26	46,4	30	53,6	0	0,0	56	100,0
NE	141	59,0	98	41,0	0	0,0	239	100,0
S	26	21,7	93	77,5	1	0,8	120	100,0
SE	60	29,3	143	69,8	2	1,0	205	100,0
Brasil	274	39,4	418	60,1	4	0,6	696	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 4.3.5 – Brasil, Dezembro de 2001
Incentivos para os médicos do PSF segundo o tipo de incentivo

Tipo de incentivo	Incentivos para os médicos do PSF N = 274	
	n	%
Tempo de Serviço	10	3,6
Produtividade	21	7,7
Alimentação	145	52,9
Residência	128	46,7
Transporte	163	59,5
Qualificação	33	12,0
Outros incentivos	24	8,8

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

BRASIL, REGIÕES NATURAIS E PORTE DOS MUNICÍPIOS

5 - TREINAMENTO E APOIO INSTITUCIONAL

Tabela 5.1 - Brasil, dezembro de 2001

Resposta à questão: "Existe treinamento regular para os profissionais do PSF no município?"

	Nº. de municípios	%
Sim	597	85,8
Não	99	14,2
Total	696	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 5.2 - Brasil, dezembro de 2001

Resposta à questão: "Existe treinamento regular para os profissionais do PSF no município?", segundo faixa de população

Faixa de população	Municípios segundo existência de treinamento					
	Sim		Não		Total	
	n	%	n	%	n	%
Até 10 mil	272	85,3	47	14,7	319	100,0
De 10 a 20 mil	144	86,2	23	13,8	167	100,0
De 20 a 50 mil	106	84,8	19	15,2	125	100,0
De 50 a 100 mil	40	87,0	6	13,0	46	100,0
De 100 a 500 mil	30	93,8	2	6,3	32	100,0
Mais de 500 mil	5	71,4	2	28,6	7	100,0
Brasil	597	85,8	99	14,2	696	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 5.3 - Brasil, dezembro de 2001

Resposta à questão: "Existe treinamento regular para os profissionais do PSF no município?", segundo região natural

Região natural	Municípios segundo existência de treinamento					
	Sim		Não		Total	
	n	%	n	%	n	%
CO	72	94,7	4	5,3	76	100,0
N	48	85,7	8	14,3	56	100,0
NE	200	83,7	39	16,3	239	100,0
S	102	85,0	18	15,0	120	100,0
SE	175	85,4	30	14,6	205	100,0
Brasil	597	85,8	99	14,2	696	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 5.4 - Brasil, dezembro de 2001

Resposta à questão: "O PSF conta com apoio de alguma instituição para capacitação dos profissionais?"

	Nº. de municípios	%
Sim	527	75,7
Não	167	24,0
Não sabe	2	0,3
Total	696	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 5.5 - Brasil, dezembro de 2001

Resposta à questão: "O PSF conta com apoio de alguma instituição para capacitação dos profissionais?", segundo faixa de população

Faixa de população	Existência de apoio de alguma instituição para capacitação dos profissionais							
	Sim		Não		Não sabe		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Ate 10 mil	229	71,8	81	25,4	9	2,8	319	100,0
De 10 a 20 mil	134	80,2	24	14,4	9	5,4	167	100,0
De 20 a 50 mil	81	64,8	40	32,0	4	3,2	125	100,0
De 50 a 100 mil	44	95,7	0	0,0	2	4,3	46	100,0
De 100 a 500 mil	32	100,0	0	0,0	0	0,0	32	100,0
Mais de 500 mil	7	100,0	0	0,0	0	0,0	7	100,0
Brasil	527	75,7	145	20,8	24	3,4	696	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 5.6 - Brasil, dezembro de 2001

Resposta à questão: "O PSF conta com apoio de alguma instituição para capacitação dos profissionais?", segundo região natural

Região natural	Existência de apoio de alguma instituição para capacitação dos profissionais							
	Sim		Não		Não sabe		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
CO	64	84,2	12	15,8	0	0,0	76	100,0
N	37	66,1	15	26,8	4	7,1	56	100,0
NE	190	79,5	39	16,3	10	4,2	239	100,0
S	91	75,8	25	20,8	4	3,3	120	100,0
SE	145	70,7	54	26,3	6	2,9	205	100,0
Brasil	527	75,7	145	20,8	24	3,4	696	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 5.7 - Brasil, dezembro de 2001

Resposta à questão: "Esta instituição é um polo de capacitação insitucional do PSF?"

	Nº de municípios	%
Sim	454	86,1
Não	64	12,1
Não sabe	9	1,7
Total	527	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 5.8 - Brasil, dezembro de 2001

Resposta à questão: “Esta instituição é um polo de capacitação institucional do PSF?”, segundo faixa de população

Faixa de população	A instituição é um polo de capacitação institucional do PSF?							
	Sim		Não		Não sabe		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Ate 10 mil	199	86,9	27	11,8	3	1,3	229	100,0
De 10 a 20 mil	115	85,8	16	11,9	3	2,2	134	100,0
De 20 a 50 mil	68	84,0	11	13,6	2	2,5	81	100,0
De 50 a 100 mil	37	84,1	7	15,9	0	0,0	44	100,0
De 100 a 500 mil	28	87,5	3	9,4	1	3,1	32	100,0
Mais de 500 mil	7	100,0	0	0,0	0	0,0	7	100,0
Brasil	454	86,1	64	12,1	9	1,7	527	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 5.9 - Brasil, dezembro de 2001

Resposta à questão: “Esta instituição é um polo de capacitação institucional do PSF?”, segundo região natural

Região natural	A instituição é um polo de capacitação institucional do PSF?							
	Sim		Não		Não sabe		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
CO	56	87,5	5	7,8	3	4,7	64	100,0
N	33	89,2	4	10,8	0	0,0	37	100,0
NE	166	87,4	23	12,1	1	0,5	190	100,0
S	74	81,3	15	16,5	2	2,2	91	100,0
SE	125	86,2	17	11,7	3	2,1	145	100,0
Brasil	454	86,1	64	12,1	9	1,7	527	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

BRASIL, REGIÕES NATURAIS E PORTE DOS MUNICÍPIOS

6 – RAZÕES, VANTAGENS E DESVANTAGENS ATRIBUÍDAS ÀS FORMAS DE CONTRATAÇÃO ADOTADAS

Tabela 6.1 - Brasil, dezembro de 2001

Número de municípios segundo resposta à questão: "Para o PSF são adotadas formas de contratação diferentes do Regime CLT ou do Regime Jurídico Único (estatutário)?", segundo porte dos municípios

Faixa de população	Número de municípios por Adoção de formas de contratação precárias pelo PSF							
	Sim		Não		Não sabe		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Até 10 mil	244	76,5	72	22,6	3	0,9	319	100,0
De 10 a 20 mil	138	82,6	28	16,8	1	0,6	167	100,0
De 20 a 50 mil	94	75,2	30	24,0	1	0,8	125	100,0
De 50 a 100 mil	34	73,9	12	26,1	0	0,0	46	100,0
De 100 a 500 mil	20	62,5	12	37,5	0	0,0	32	100,0
Mais de 500 mil	3	42,9	4	57,1	0	0,0	7	100,0
Brasil	533	76,6	158	22,7	5	0,7	696	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 6.2 - Brasil, dezembro de 2001

Número de municípios segundo resposta à questão: "Para o PSF são adotadas formas de contratação diferentes do Regime CLT ou do Regime Jurídico Único (estatutário)?", segundo região natural

Região natural	Número de municípios por Adoção de formas de contratação precárias pelo PSF							
	Sim		Não		Não sabe		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
CO	67	88,2	9	11,8	0	0,0	76	100,0
N	49	87,5	7	12,5	0	0,0	56	100,0
NE	204	85,4	32	13,4	3	1,3	239	100,0
S	75	62,5	44	36,7	1	0,8	120	100,0
SE	138	67,3	66	32,2	1	0,5	205	100,0
TOTAL	533	76,6	158	22,7	5	0,7	696	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 6.3 - Brasil, dezembro de 2001

Número de municípios por faixa de população, segundo razão atribuída para utilização de formas "precárias" de contratação de profissionais pelo PSF

Razões atribuídas	Número de municípios segundo razão atribuída para utilização de formas "precárias" de contratação de profissionais pelo PSF													
	Até 10 mil		De 10 a 20 mil		De 20 a 50 mil		De 50 a 100 mil		De 100 a 500 mil		Mais de 500 mil		Brasil	
	N = 244	N = 138	N = 94	N = 34	N = 20	N = 03	N = 533							
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Instabilidade no Financiamento	85	34,8	51	37,0	30	31,9	12	35,3	6	30,0	0	0,0	184	34,5
Flexibilização	149	61,1	76	55,1	59	62,8	13	38,2	9	45,0	2	66,7	308	57,8
Lei de Responsabilidade Fiscal	131	53,7	77	55,8	49	52,1	19	55,9	9	45,0	2	66,7	287	53,8
Menor Custo	99	40,6	45	32,6	35	37,2	9	26,5	6	30,0	2	66,7	196	36,8

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 6.4 - Brasil, dezembro de 2001

Número de municípios por região natural, segundo razão atribuída para utilização de formas "precárias" de contratação de profissionais pelo PSF

Razões atribuídas	Número de municípios segundo razão atribuída para utilização de formas "precárias" de contratação de profissionais pelo PSF											
	CO		N		NE		S		SE		Brasil	
	N = 67		N = 49		N = 204		N = 75		N = 138		N = 533	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Instabilidade no Financiamento	19	28,4	13	26,5	74	36,3	31	41,3	47	34,1	184	34,5
Flexibilização	42	62,7	28	57,1	109	53,4	41	54,7	88	63,8	308	57,8
Lei de Responsabilidade Fiscal	38	56,7	25	51,0	112	54,9	38	50,7	74	53,6	287	53,8
Menor Custo	29	43,3	16	32,7	66	32,4	33	44,0	52	37,7	196	36,8

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 6.5 - Brasil, dezembro de 2001

Resposta à questão: "Estas formas de contratação precárias são utilizadas também em outros setores da prefeitura (fora do setor saúde)?"

	Nº. de municípios	
		%
Sim	265	49,7
Não	188	35,3
Não sabe	80	15,0
Total	533	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 6.6 - Brasil, dezembro de 2001

Número de municípios por resposta à questão: "Estas formas de contratação precárias são utilizadas também em outros setores da prefeitura (fora do setor saúde)?", segundo faixa de população

Faixa de população	Número de municípios por resposta à questão: "Estas formas de contratação precárias são utilizadas também em outros setores da prefeitura (fora do setor saúde)?"							
	Sim		Não		Não sabe		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Ate 10 mil	115	47,1	96	39,3	33	13,5	244	100,0
De 10 a 20 mil	76	55,1	47	34,1	15	10,9	138	100,0
De 20 a 50 mil	45	47,9	31	33,0	18	19,1	94	100,0
De 50 a 100 mil	16	47,1	11	32,4	7	20,6	34	100,0
De 100 a 500 mil	11	55,0	3	15,0	6	30,0	20	100,0
Mais de 500 mil	2	66,7	0	0,0	1	33,3	3	100,0
Brasil	265	49,7	188	35,3	80	15,0	533	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 6.7 - Brasil, dezembro de 2001

Número de municípios por resposta à questão: "Estas formas de contratação precárias são utilizadas também em outros setores da prefeitura (fora do setor saúde)?", segundo região natural

Região natural	Número de municípios por resposta à questão: "Estas formas de contratação precárias são utilizadas também em outros setores da prefeitura (fora do setor saúde)?"							
	Sim		Não		Não sabe		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
CO	37	55,2	22	32,8	8	11,9	67	100,0
N	39	79,6	8	16,3	2	4,1	49	100,0
NE	96	47,1	72	35,3	36	17,6	204	100,0
S	25	33,3	40	53,3	10	13,3	75	100,0
SE	68	49,3	46	33,3	24	17,4	138	100,0
Brasil	265	49,7	188	35,3	80	15,0	533	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 6.8 - Brasil, dezembro de 2001

Número de municípios por resposta à questão: "O senhor diria que os contratos temporários são mais adequados para contratação de profissionais para o PSF, enquanto os contratos estáveis (CLT, Estatutários) são mais adequados para a contratação de profissionais para o restante da rede?"

	Nº. de municípios	%
Sim	279	40,1
Não	400	57,5
Não sabe	17	2,4
Total	696	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 6.9 - Brasil, dezembro de 2001

Número de municípios por resposta à questão: "O senhor diria que os contratos temporários são mais adequados para contratação de profissionais para o PSF, enquanto os contratos estáveis (CLT, Estatutários) são mais adequados para a contratação de profissionais para o restante da rede?", segundo faixa de população

Faixa de população	Sim		Não		Não sabe		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Ate 10 mil	129	40,4	172	53,9	18	5,6	319	100,0
De 10 a 20 mil	79	47,3	81	48,5	7	4,2	167	100,0
De 20 a 50 mil	49	39,2	69	55,2	7	5,6	125	100,0
De 50 a 100 mil	13	28,3	29	63,0	4	8,7	46	100,0
De 100 a 500 mil	8	25,0	22	68,8	2	6,3	32	100,0
Mais de 500 mil	1	14,3	5	71,4	1	14,3	7	100,0
Brasil	279	40,1	378	54,3	39	5,6	696	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 6.10 - Brasil, dezembro de 2001

Número de municípios por resposta à questão: "O senhor diria que os contratos temporários são mais adequados para contratação de profissionais para o PSF, enquanto os contratos estáveis (CLT, Estatutários) são mais adequados para a contratação de profissionais para o restante da rede?", segundo região natural

Região natural	Sim		Não		Não sabe		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
CO	24	31,6	47	61,8	5	6,6	76	100,0
N	26	46,4	27	48,2	3	5,4	56	100,0
NE	96	40,2	129	54,0	14	5,9	239	100,0
S	56	46,7	62	51,7	2	1,7	120	100,0
SE	77	37,6	113	55,1	15	7,3	205	100,0
Brasil	279	40,1	378	54,3	39	5,6	696	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 6.11 - Brasil, dezembro de 2001

Número de municípios por faixa de população, segundo **vantagens atribuídas pelo gestores** para utilização de formas de contratação precárias

Vantagens	Número de municípios por porte													
	Até 10 mil		De 10 a 20 mil		De 20 a 50 mil		De 50 a 100 mil		De 100 a 500 mil		Mais de 500 mil		Brasil	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Nenhuma	81	33,2	47	34,1	34	36,2	16	47,1	13	65,0	0	0,0	191	35,8
Flexibilidade	48	19,7	27	19,6	19	20,2	5	14,7	1	5,0	1	33,3	101	18,9
Flexibilidade para admitir e contratar	48	19,7	26	18,8	14	14,9	5	14,7	2	10,0	2	66,7	97	18,2
Flexibilidade gerencial - maior controle sobre normas de produção e qualidade	14	5,7	8	5,8	7	7,4	3	8,8	0	0,0	0	0,0	32	6,0
Diminuição de custos/encargos	10	4,1	3	2,2	4	4,3	1	2,9	2	10,0	0	0,0	20	3,8
Salário	9	3,7	5	3,6	2	2,1	0	0,0	1	5,0	0	0,0	17	3,2
Agilidade/ facilidade/ menor restrição para contratação	6	2,5	4	2,9	2	2,1	2	5,9	0	0,0	0	0,0	14	2,6
Flexibilidade e diminuição de custos/encargos	2	0,8	2	1,4	2	2,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	6	1,1
Lei de responsabilidade fiscal	2	0,8	0	0,0	1	1,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	0,6
Ausência de descontos e maior salário líquido	2	0,8	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,4
Flexibilidade gerencial - mobilidade interna	1	0,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,2
Sem informação	21	8,6	16	11,6	9	9,6	2	5,9	1	5,0	0	0,0	49	9,2
Total	244	100,0	138	100,0	94	100,0	34	100,0	20	100,0	3	100,0	533	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 6.12 - Brasil, dezembro de 2001

Número de municípios por região natural, segundo **vantagens atribuídas pelo gestores** para utilização de formas de contratação precárias

Vantagens	Número de municípios por região											
	CO		N		NE		S		SE		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Nenhuma	22	32,8	25	51,0	67	32,8	24	32,0	53	38,4	191	35,8
Flexibilidade	16	23,9	9	18,4	46	22,5	11	14,7	19	13,8	101	18,9
Flexibilidade para admitir e contratar	10	14,9	4	8,2	33	16,2	17	22,7	33	23,9	97	18,2
Flexibilidade gerencial - maior controle sobre normas de produção e qualidade	2	3,0	3	6,1	12	5,9	6	8,0	9	6,5	32	6,0
Diminuição de custos/encargos	4	6,0	0	0,0	6	2,9	1	1,3	9	6,5	20	3,8
Salário	5	7,5	3	6,1	6	2,9	2	2,7	1	0,7	17	3,2
Agilidade/ facilidade/ menor restrição para contratação	4	6,0	2	4,1	5	2,5	1	1,3	2	1,4	14	2,6
Flexibilidade e diminuição de custos/encargos	0	0,0	2	4,1	2	1,0	1	1,3	1	0,7	6	1,1
Lei de responsabilidade fiscal	0	0,0	0	0,0	1	0,5	0	0,0	2	1,4	3	0,6
Ausência de descontos e maior salário líquido	0	0,0	0	0,0	1	0,5	0	0,0	1	0,7	2	0,4
Flexibilidade gerencial - mobilidade interna	0	0,0	0	0,0	1	0,5	0	0,0	0	0,0	1	0,2
Sem informação	4	6,0	1	2,0	24	11,8	12	16,0	8	5,8	49	9,2
Total	67	100,0	49	100,0	204	100,0	75	100,0	138	100,0	533	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 6.13 - Brasil, dezembro de 2001

Número de municípios por faixa de população, segundo **problemas atribuídos pelo gestores** para utilização de formas de contratação precárias

Problemas	Número de municípios por porte													
	Até 10 mil		De 10 a 20 mil		De 20 a 50 mil		De 50 a 100 mil		De 100 a 500 mil		Mais de 500 mil		Brasil	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Instabilidade/Desproteção do trabalho	109	44,7	63	45,7	54	57,4	16	47,1	11	55,0	1	33,3	254	47,7
Nenhum problema	83	34,0	46	33,3	25	26,6	7	20,6	5	25,0	1	33,3	167	31,3
Rotatividade	13	5,3	3	2,2	4	4,3	2	5,9	1	5,0	0	0,0	23	4,3
Descontinuidade do Serviço (problemas de renovação de contrato, perda de pessoal treinado)	7	2,9	7	5,1	2	2,1	3	8,8	1	5,0	0	0,0	20	3,8
Problemas legais	6	2,5	8	5,8	1	1,1	1	2,9	0	0,0	0	0,0	16	3,0
Desmotivação dos profissionais	2	0,8	1	0,7	0	0,0	2	5,9	0	0,0	0	0,0	5	0,9
Ingerência política	2	0,8	1	0,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	33,3	4	0,8
Sem informação	22	9,0	9	6,5	8	8,5	3	8,8	2	10,0	0	0,0	44	8,3
TOTAL	244	100,0	138	100,0	94	100,0	34	100,0	20	100,0	3	100,0	533	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 6.14 - Brasil, dezembro de 2001

Número de municípios por região natural, segundo **problemas atribuídos pelo gestores** para utilização de formas de contratação precárias

Problemas	Número de municípios por região											
	CO		N		NE		S		SE		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Instabilidade/Desproteção do trabalho	39	58,2	23	46,9	104	51,0	27	36,0	61	44,2	254	47,7
Nenhum problema	18	26,9	20	40,8	55	27,0	25	33,3	49	35,5	167	31,3
Rotatividade	3	4,5	1	2,0	10	4,9	5	6,7	4	2,9	23	4,3
Descontinuidade do Serviço (problemas de renovação de contrato, perda de pessoal treinado)	1	1,5	1	2,0	6	2,9	4	5,3	8	5,8	20	3,8
Problemas legais	1	1,5	2	4,1	5	2,5	4	5,3	4	2,9	16	3,0
Desmotivação dos profissionais	1	1,5	0	0,0	2	1,0	0	0,0	2	1,4	5	0,9
Ingerência política	0	0,0	0	0,0	2	1,0	0	0,0	2	1,4	4	0,8
Sem informação	4	6,0	2	4,1	20	9,8	10	13,3	8	5,8	44	8,3
TOTAL	67	100,0	49	100,0	204	100,0	75	100,0	138	100,0	533	100,0

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

BRASIL, REGIÕES NATURAIS E PORTE DOS MUNICÍPIOS

7 – RECURSOS

Tabela 7.1 - Brasil, dezembro de 2001

Média percentual do montante de recursos para pagamento de pessoal para o PSF por região natural, segundo fonte pagadora

Região natural	Média percentual do montante de recursos para pagamento de pessoal para o PSF					
	Ministério		Prefeitura		Outros	
	n	%	n	%	n	%
CO	66	54,47	63	45,08	6	24,17
N	50	51,58	49	50,20	7	38,71
NE	202	56,55	188	47,08	2	15,00
S	102	53,90	104	50,84	2	5,00
SE	178	49,72	168	53,17	14	39,07
Brasil	598	53,42	572	49,60	31	32,35

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

Tabela 7.2 - Brasil, dezembro de 2001

Média percentual do montante de recursos para pagamento de pessoal para o PSF por faixa de população, segundo fonte pagadora

Faixa de população	Média percentual do montante de recursos para pagamento de pessoal para o PSF					
	Ministério		Prefeitura		Outros	
	n	%	n	%	n	%
Até 10 mil	280	58,52	258	44,99	16	31,13
De 10 a 20 mil	142	51,32	135	49,76	8	41,25
De 20 a 50 mil	108	49,91	106	52,78	5	26,00
De 50 a 100 mil	36	46,25	37	56,35	1	40,00
De 100 a 500 mil	25	39,12	29	65,76	1	5,00
Mais de 500 mil	7	34,57	7	65,43	0	-
Brasil	598	53,42	572	49,6	31	32,35

FONTE: PESQUISA TELEFÔNICA EPSM/NESCON/UFMG

BRASIL, REGIÕES NATURAIS E PORTE DOS MUNICÍPIOS

8 – MÁSCARA OPERACIONAL

Pesquisa PSF - [FrmPesquisa : Formulário]

Arquivo Editar Exibir Inserir Formatar Registros Ferramentas Janela Ajuda

DATA DA PESQUISA 07/11/01 12/11/01 **LAGOA DA CANOA**

Cadastro Contratação de Médicos Médicos (continuação) Contratação de Enfermeiros Contratação de Tec/ Auxiliares de Enfermagem

Código: 4 Município: LAGOA DA CANOA UF: AL Região: NE

Telefone da Prefeitura: 82 528 1160/1142/1132 Telefone da Secretaria: Tentativas:

Telefone do PSF: Fax: Email:

Agenda:

Nome do respondente: Profissão do respondente:

01 O município tem Secretaria de saúde? Sim

O município implantou o programa de saúde da família? Sim Em que ano? 98

Na secretaria de saúde existe um coordenador/ responsável pelo PSF? Sim que cargo ele ocupa? chefe de gabinete

Profissão do coordenador: professor Nome: Renildo Manoel dos Santos Email: renildo@oobs.com.br

02 Quantas Equipes do PSF estão atuando no município? 5

03 Quantos Medicos atuam no PSF? 5 Enfermeiros: 5 Tec/Auxiliar de Enfermagem: 5

Agentes Comunitarios de Saude 33 Dentistas: 2

Tec/Auxiliar de Dentista:

Existem outros profissionais atuando nas equipes? Não Quais?

Registro: 1 de 759

Modo Formulário NUM

Iniciar Pesquisa PSF - [FrmP... 17:30

Pesquisa PSF - [FrmPesquisa : Formulário]

Arquivo Editar Exibir Inserir Formatar Registros Ferramentas Janela Ajuda

DATA DA PESQUISA: 07/11/01
12/11/01

LAGOA DA CANOA

Cadastro | Contratação de Médicos | Médicos (continuação) | Contratação de Enfermeiros | Contratação de Tec/ Auxiliares de Enfermagem

AGENTE CONTRATANTE | **FORMAS DE VÍNCULO DE MÉDICOS**

Quem contrata?

Quem contrata?	Temporário	Autônomo	CLT	Estatutário	Outro.Especificar
Prefeitura (secretarias)	Sim	Sim	Sim	Não	
Fundação Pública	Não				
Fundação Privada	Não				
Entidade Filantrópica	Não				
ONG	Não				
Cooperativa	Não				
Organização Social	Não				
OSCIIP	Não				
Outra					

Em geral qual é a duração do contrato Temporário? (em meses) 24

Qual é a jornada de trabalho semanal dos médicos do PSF? (em horas) 40

Qual é o salário médio de contratação dos médicos para o PSF? (em reais) 3000

Este salário incorpora algum tipo de gratificação? Não

Registro: 1 de 759

Modo Formulário

NUM

Iniciar | Pesquisa PSF - [FrmP... | Microsoft Word - Documen... | 17:43

Pesquisa PSF - [FrmPesquisa : Formulário]

Arquivo Editar Exibir Inserir Formatar Registros Ferramentas Janela Ajuda

DATA DA PESQUISA 07/11/01 12/11/01 **LAGOA DA CANOA**

Cadastro | Contratação de Médicos | Médicos (continuação) | Contratação de Enfermeiros | Contratação de Tec/ Auxiliares de Enfermagem

Existe algum tipo de incentivo para o PSF? Sim

Por tempo de serviço: Não

Por produtividade: Não

Ajuda de custo/alimentação: Sim

Auxílio residência: Sim

Ajuda transporte: Sim

Incentivo por qualificação: Não

Outro:

Qual a forma predominante de recrutamento dos médicos para o PSF?:

Os médicos do PSF residem no município? a metade

Os médicos do PSF trabalham em outras unidades de saúde? Não Quais:

Pelo mesmo contrato?

Em média quanto tempo o médico fica no PSF?

Voce diria que a rotatividade dos médicos no PSF é:

Qual a estratégia utilizada para fixar o medico no PSF no município?

Registro: 1 de 759

Modo Formulário NUM

Iniciar Pesquisa PSF - [FrmP... Microsoft Word - Documen... 17:44

Pesquisa PSF - [FrmPesquisa : Formulário]

Arquivo Editar Exibir Inserir Formatar Registros Ferramentas Janela Ajuda

DATA DA PESQUISA 07/11/01 12/11/01 **LAGOA DA CANOA**

Cadastro | Contratação de Médicos | Médicos (continuação) | Contratação de Enfermeiros | Contratação de Tec/ Auxiliares de Enfermagem

AGENTE CONTRATANTE **FORMAS DE VÍNCULO DE ENFERMEIROS**

Quem contrata?

	Temporário	Autônomo	CLT	Estatutário	Outro.Especificar
Prefeitura (secretarias)	Sim	Sim	Sim	Não	
Fundação Pública	Não				
Fundação Privada	Não				
Entidade Filantrópica	Não				
ONG	Não				
Cooperativa	Não				
Organização Social	Não				
OSCIIP	Não				
Outra					

Em geral qual é a duração do contrato Temporário ? (em meses) 24

Qual é a jornada de trabalho semanal dos Enfermeiros do PSF? (em horas) 40

Qual é o salário médio de contratação dos Enfermeiros para o PSF? (em reais) 2000

Este salário incorpora algum tipo de gratificação? Não

Registro: 1 de 759

Modo Formulário NUM

Iniciar Pesquisa PSF - [FrmP... Microsoft Word - Documen... 17:44

Pesquisa PSF - [FrmPesquisa : Formulário]

Arquivo Editar Exibir Inserir Formatar Registros Ferramentas Janela Ajuda

07/11/01
12/11/01

LAGOA DA CANOA

Cadastro | Contratação de Médicos | Médicos (continuação) | Contratação de Enfermeiros | Contratação de Tec/ Auxiliares de Enfermagem

AGENTE CONTRATANTE **FORMAS DE VÍNCULO DE TEC/AUX. DE ENFERMAGEM**

Quem contrata?

	Temporário	Autônomo	CLT	Estatutário	Outro.Especificar
Prefeitura (secretarias)	Sim	Não	Não	Sim	
Fundação Pública	Não				
Fundação Privada	Não				
Entidade Filantrópica	Não				
ONG	Não				
Cooperativa	Não				
Organização Social	Não				
OSCIP	Não				
Outra					

Em geral qual é a duração do contrato Temporário ? (em meses) 24

Qual é a jornada de trabalho semanal dos Auxiliares de Enfermagem do PSF? (em horas) 40

Qual é o salário médio de contratação dos Auxiliares de Enfermagem para o PSF? (em reais) 400

Este salário incorpora algum tipo de gratificação ? Sim

Registro: 1 de 759

Modo Formulário

NUM

Iniciar | Pesquisa PSF - [FrmP... | Microsoft Word - Documen... | 17:44

Pesquisa PSF - [FrmPesquisa2 : Formulário]

Arquivo Editar Exibir Inserir Formatar Registros Ferramentas Janela Ajuda

LAGOA DA CANOA

Contratação de Agentes Comunitários de Saúde | Contratação de Dentistas | Opinião | Complementação

AGENTE CONTRATANTE | **FORMAS DE VÍNCULO DE AGENTES COM. DE SAÚDE**

Quem contrata?

Prefeitura (secretarias)	Sim	Temporário	Autônomo	CLT	Estatutário	Outro.Especificar
Fundação Pública	Não					
Fundação Privada	Não					
Entidade Filantrópica	Não					
ONG	Não					
Cooperativa	Não					
Organização Social	Não					
OSCIIP	Não					
Outra	Não					

Em geral qual é a duração do contrato Temporário ? (em meses)

Qual é a jornada de trabalho semanal dos Agentes Com. de Saúde do PSF? (em horas)

Qual é o salário médio de contratação dos Agentes Com. de Saúde para o PSF? (em reais)

Este salário incorpora algum tipo de gratificação?

Registro: 1 de 1 (Filtrado)

Modo formulário FLTR NUM

Iniciar Pesquisa PSF - [FrmP... Microsoft Word - Documen... 17:44

Pesquisa PSF - [FrmPesquisa2 : Formulário]

Arquivo Editar Exibir Inserir Formatar Registros Ferramentas Janela Ajuda

LAGOA DA CANOA

Contratação de Agentes Comunitários de Saúde | Contratação de Dentistas | Opinião | Complementação

AGENTE CONTRATANTE | **FORMAS DE VÍNCULO DE DENTISTAS**

Quem contrata?

Quem contrata?		Temporário	Autônomo	CLT	Estatutário	Outro.Especificar
Prefeitura (secretarias)	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	
Fundação Pública	Não					
Fundação Privada	Não					
Entidade Filantrópica	Não					
ONG	Não					
Cooperativa	Não					
Organização Social	Não					
OSCIIP	Não					
Outra	Não					

Em geral qual é a duração do contrato Temporário? (em meses) 24

Qual é a jornada de trabalho semanal dos Dentistas do PSF? (em horas) 40

Qual é o salário médio de contratação dos Dentistas para o PSF? (em reais) 1300

Este salário incorpora algum tipo de gratificação? Sim

Registro: 1 de 1 (Filtrado)

Modo Formulário FLTR NUM

Iniciar Pesquisa PSF - [FrmP... Microsoft Word - Documen... 17:45

Pesquisa PSF - [FrmPesquisa2 : Formulário]

Arquivo Editar Exibir Inserir Formatar Registros Ferramentas Janela Ajuda

LAGOA DA CANOA

Contratação de Agentes Comunitários de Saúde | Contratação de Dentistas | **Opinião** | Complementação

Para o PSF são adotadas formas de contratação diferentes do Regime CLT ou do Regime Jurídico Único (Estatutário)? Tipos: RPA, Pro-Labore, Contratos Temporários, Contratos Administrativos, Contratos Via Cooperativas e etc.

Qual é a razão da utilização destes contratos

Instabilidade no financiamento:	<input type="text" value="Sim"/>
Flexibilização(poder demitir, contratar, remanejar etc)	<input type="text" value="Sim"/>
Lei de Responsabilidade Fiscal:	<input type="text" value="Sim"/>
Menor Custo:	<input type="text" value="Sim"/>
Outro:	<input type="text"/>

Qual a principal vantagem desse tipo de contratação?

Qual o principal problema desse tipo de contratação?

Estas modalidades contratuais são utilizadas também em outros setores da prefeitura? (fora do setor saúde)

O senhor diria que os contratos temporários são mais adequados para contratação de profissionais para o PSF, enquanto os contratos estáveis (CLT, Estatutários) são mais adequados para a contratação de profissionais para o restante da rede?

Na sua opinião, dentre as formas de contratação existentes, qual é a mais adequada para a contratação de médicos para o PSF?

Registro: 1 de 1 (Filtrado)

Modo formulário FLTR NUM

Iniciar Pesquisa PSF - [FrmP... Microsoft Word - Documen... 17:45

Pesquisa PSF - [FrmPesquisa2 : Formulário]

Arquivo Editar Exibir Inserir Formatar Registros Ferramentas Janela Ajuda

LAGOA DA CANOA

Contratação de Agentes Comunitários de Saúde | Contratação de Dentistas | Opinião | **Complementação**

Existe treinamento regular dos profissionais do PSF?

O PSF conta com apoio de alguma instituição para capacitação dos profissionais? Sim

Qual? polo de saúde da família do estado

Esta instituição é um polo de capacitação insitucional do PSF? Sim

Que atividades de capacitação são desenvolvidas? introdutório, atendimento a criança ,pre natal

Especifique aproximadamente a distribuição percentual do montante de recursos para pagamento dos profissionais do PSF entre:

Ministerio: 30

Prefeitura: 70

Outros: Qual:

Existe Médico Psiquiatra no Município?

Existe Médico Homeopata no Município?

Existe Dentista Pratico no Município?

Resposta: pesquisa completa

Operador: Diego

Observação:

Registro: 1 de 1 (Filtrado)

Modo Formulário FLTR NUM

Iniciar Pesquisa PSF - [FrmP... Microsoft Word - Documen... 17:46